

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VIA INCENTIVOS FISCAIS:  
EXPANSÃO E CRISE EM CAMPINA GRANDE

2759  
11.12.16  
7311  
DAMIÃO DE LIMA

CAMPINA GRANDE, ABRIL DE 1996.

DAMIÃO DE LIMA

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VIA INCENTIVOS FISCAIS:  
EXPANSÃO E CRISE EM CAMPINA GRANDE

Dissertação apresentada ao Curso  
de Mestrado da Universidade  
Federal da Paraíba - Campus II.  
Em cumprimento às exigências  
para obtenção do grau de Mestre  
em Economia.

Área de concentração: Economia  
Rural.

ORIENTADOR: JOSÉ HELENO ROTTA.  
Universidade Federal da Paraíba

Campina Grande  
Universidade Federal da Paraíba  
1996



L732p

Lima, Damiao de

O processo de industrializacao via incentivos fiscais :  
expansao e crise em Campina Grande / Damiao de Lima. -  
Campina Grande, 1996.

112 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia Rural) - Universidade  
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Crise - 2. Industria - 3. Modernizacao - 4.  
Industrializacao 5. Dissertacao I. Rotta, Jose Heleno,  
Prof. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande  
(PB)

CDU 330.341.424(813.3)(043)

Dissertação defendida e aprovada em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
1996, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. José Heleno Rotta - Orientador.

---

Prof. Clodoaldo Roque D. Bortoluzi

---

Prof. Jurandir Antônio Xavier

---

Prof. Robério Ferreira dos Santos

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador, **José Heleno Rotta**, que muito mais que um orientador imprescindível, orientando no desenvolvimento de todo o trabalho, compreendendo minha angústia nos momentos em que aconteciam os "brancos" por diversos motivos, e exigindo dedicação quando sentia que era necessário; foi e é um amigo, na expressão maior da palavra. Obrigado, Heleno.

À colega **Maria José Oliveira**, com quem compartilhei o espaço da pesquisa, e que mesmo realizando sua pesquisa sobre uma temática diferente, deu uma grande contribuição para a concretização desta dissertação. As nossas discussões diárias sobre os rumos de nossas pesquisas foram fundamentais. Obrigado, Maria.

À companheira **Ana Rita**. A você eu agradeço não só pela sua contribuição na concretização deste trabalho, agradeço pela força, pelo carinho e compreensão que você me dedica no dia-a-dia. Você foi e é tudo para mim. Te adoro, Rita.

À **D. Dete e seus filhos**. A você, mãe, pela sua dedicação diária. Aos meninos e às meninas, que mesmo não estando no dia-a-dia, contribuíram com o apoio e o carinho que me dedicam. Obrigado, "Nêgada".

A toda a turma do mestrado e, em especial, as colegas **Karla e Luíra**, pessoas que estiveram comigo em todos os momentos do curso e que me deram força e estímulo para enfrentar os problemas que aconteceram no curso e fora dele. Valeu, meninas.

A **Ranieri**. Você é muito mais que um amigo e colega de curso, você é um irmão.

Aos amigos da **UEPB e UFPB**, Professores, alunos e funcionários. Obrigado, por tudo.

Ao Sr. **Silas Marinho**, por me permitir o acesso ao arquivo da Bolsa de Mercadorias.

Ao economista **Edvaldo de Souza do Ó**, uma pessoa que, infelizmente, não tive o prazer de conhecer, mas que, pesquisando a industrialização do município, em seu acervo particular, aprendi a respeitar pela sua dedicação ao desenvolvimento de Campina Grande.

E a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a concretização deste trabalho, e são muitas pessoas, por isto peço desculpas por não poder citar a todos, se o fizesse, as páginas já escritas deste trabalho não seriam suficientes para tantos nomes. Obrigado, pessoal!

## RESUMO

Procuramos neste trabalho responder a uma questão que é colocada diariamente em qualquer discussão sobre a crise pela qual atravessa o município de Campina Grande, o Estado da Paraíba e a região Nordeste. Quando se fala em crise econômica, em qualquer uma das esferas acima citadas, logo se apontam como solução dois aspectos básicos: o primeiro é que se faz necessário mais investimentos do governo e o segundo é que faltam indústrias capazes de gerar empregos e conseqüentemente resolver os problemas sociais.

Embora o trabalho tenha surgido buscando um entendimento para uma questão específica, que seria entender a crise por que passa o município de Campina Grande, acabou ganhando contornos mais amplos, já que não seria possível entender os problemas, as mudanças e as possíveis soluções apontadas, a nível local, sem buscarmos as origens deste processo a nível regional e nacional.

Baseado nestas questões, procuramos entender o processo de modernização pelo qual passou a região Nordeste, a partir dos anos sessenta. Processo este que tinha como principal objetivo resolver os problemas econômicos e sociais, utilizando como instrumento para a sua resolução os investimentos governamentais e a industrialização.

Desta forma, iniciamos o trabalho analisando o processo de industrialização do país; articulamos esta análise com o projeto de modernização implementado na região Nordeste, e ligamos estas análises com o nosso objetivo inicial, que era entender a crise por que passa o município de Campina Grande.

Ao analisarmos o processo de industrialização ocorrido em Campina Grande, procuramos mostrar que, assim como o município participou ativamente do projeto de industrialização da região e viveu um período de grande euforia no início dos anos sessenta, também vive hoje a angústia de ver o aumento dos problemas sociais e de todas as mazelas decorrentes da crise que generalizou-se em todos os setores da economia municipal, estadual, regional, nacional e, inclusive, internacional.

## RÉSUMÉ

Avec ce travail, nous essayerons de répondre à une question qui nous est souvent posée quand il y a une discussion sur la crise traversée par la ville de Campina Grande, par l'État de la Paraíba et la Région Nord-Est. Quand on parle de crise économique dans un des domaines décrits ci-dessus, on constate qu'il y a deux aspects à être considérés pour une solution possible:

- a) plus d'investissements du gouvernement et
- b) manque d'industries pour créer des emplois en essayant de résoudre, ainsi, les problèmes sociaux.

Ce travail a eu, au début, le but de comprendre une question spécifique, c'est-à-dire, la crise par laquelle passe la ville de Campina Grande. Mais au fur et mesure nous nous sommes aperçus que, pour comprendre les problèmes existants il fallait, tout d'abord, chercher l'origine de cette situation au niveau régional et national.

A partir de cette constatation, nous avons essayé de comprendre le processus de modernisation de la région Nord-Est surtout dans les années 70. À cette époque l'objectif capital était de résoudre les problèmes économiques et sociaux ayant comme instrument pour une possible solution les investissements gouvernementaux et l'industrialisation.

Nous commençons, donc, notre travail par l'analyse du processus d'industrialisation du pays aussi bien que par le projet de modernisation de la région Nord-Est. Ainsi nous essayerons de comprendre la crise à Campina Grande, objectif initial de notre travail.



En analysant le processus d'industrialisation à Campina Grande, nous voulons montrer que la ville a participé de ce projet et a vécu une période d'euphorie au début des années 60. La population assiste aujourd'hui à une croissance des problèmes sociaux à course de la crise généralisée dans les secteurs de l'économie nationale et internationale.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, DESIGUALDADES REGIONAIS E POLÍTICAS REGIONAIS PARA O NORDESTE</b>	<b>5</b>
1.1 - Breve Histórico do Papel do Estado na Industrialização Brasileira e o Surgimento das Desigualdades Regionais	6
1.2 - As Desigualdades Regionais e a Criação de uma Política de Desenvolvimento para a Região Nordeste	12
1.3 - Do GTDN à SUDENE	20
1.4 - Incentivos Fiscais: Surgimento e Objetivos	26
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE E SUAS ESPECIFICIDADES</b>	<b>34</b>
2.1 - A Industrialização de Campina Grande no Período Anterior à SUDENE	36
2.2 - O Quadro do Município no Período de Instalação da SUDENE	41
2.3 - Criação de Infra-Estrutura para Receber as Novas Indústrias	49
2.3.1 - A Estratégia de Instalação de Distritos Industriais	55
2.3.2 - Especificidades do Distrito Industrial de Campina Grande	59
2.4 - As Facilidades para a Industrialização: Os Recursos Naturais e os Diversos Níveis de Incentivos Fiscais e Financeiros	60
2.5 - A Instalação de Novas Indústrias em Campina Grande	66
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>IMPACTOS DA CRISE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VIA INCENTIVOS FISCAIS</b>	<b>73</b>
3.1 - As Desproporções do Crescimento Urbano, Industrial e Comercial	74
	1

<b>3.2 - Perda de Importância de Campina Grande no Contexto Estadual</b>	<b>77</b>
<b>3.3 - Extensão da Crise na Indústria Campinense</b>	<b>83</b>
<b>3.4 - Impactos da Crise na Industrialização de Campina Grande</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>101</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

É comum escutarmos que a crise é causada pelo desemprego; que o desemprego, por sua vez, é causado pela falta de indústrias, e que se houvesse mais indústrias, o problema do desemprego seria resolvido. Sabendo que foi desenvolvido, no Nordeste, nos últimos 30 anos, um projeto de industrialização objetivando resolver problemas como os desequilíbrios regionais e o desemprego nas regiões periféricas, resolvemos estudar este projeto de industrialização. Para isso, tomamos como base o município de Campina Grande, um dos municípios que participou deste processo, e que - como o Nordeste -, apesar de ter se industrializado, não conseguiu resolver os problemas sociais e econômicos. Procuramos mostrar os desdobramentos deste processo a nível de município, mas relacionando-o com o projeto mais geral para entendermos o porquê da realidade estar negando o discurso inicialmente apresentado.

Na primeira parte do nosso trabalho, procuramos mostrar sucintamente a questão da industrialização a nível mais geral, ou seja, analisamos rapidamente como a industrialização vinha se desenvolvendo no país como um todo e, em seguida, procuramos relacionar este quadro geral do país com o quadro da região Nordeste.

Após termos estabelecido esta relação entre as duas realidades, partimos para o entendimento da industrialização nordestina e os mecanismos que fizeram com que ela fosse implementada de forma mais rápida. No caso, analisamos a ação governamental, através da instituição criada para este fim: a SUDENE. E verificamos os principais mecanismos utilizados por este órgão para implementar o projeto de industrialização: os incentivos fiscais.

Na segunda parte, procuramos mostrar em que condições o município de Campina Grande inseriu-se neste processo.

Analizamos a situação da industrialização do município no período anterior à SUDENE; a euforia criada com a perspectiva dos financiamentos governamentais; a preparação da cidade para tornar-se um pólo de atração das novas indústrias que buscavam as vantagens oferecidas a nível federal - mas também estadual e municipal -; e fechamos o capítulo com a chegada das novas indústrias ao município.

Na terceira e última parte, procuramos fazer uma análise deste projeto de industrialização, enfocando os seus impactos na sociedade. Analisando a nível municipal, o crescimento comercial, urbano e industrial e as conseqüências deste crescimento para o município. Depois, adentramos no estudo da parte do trabalho que foi a fonte de nossa inspiração inicial: a trajetória da indústria do município, desde meados dos anos 60 - início do projeto de industrialização -, até os dias atuais. Buscamos entender sua crise, desde a origem, analisando os fatores que contribuíram para seu aprofundamento, como também, sua extensão e conseqüências.

Nas considerações finais, estendemos nossa análise para alguns fatores a nível do Estado da Paraíba e terminamos com uma avaliação do processo de modernização via industrialização da região como um todo.

## Capítulo 1

# INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, DESIGUALDADES REGIONAIS E POLÍTICAS REGIONAIS PARA O NORDESTE

Neste capítulo abordaremos a industrialização brasileira, mostrando alguns aspectos que a tornam peculiar a nível de mundo capitalista industrial. Destacamos as particularidades por as considerarmos como fatores definidores e importantes para compreendermos não só o modelo de desenvolvimento industrial adotado no país, como também as conseqüências advindas da adoção deste modelo.

Este modelo de desenvolvimento industrial, a princípio adotado na região Centro Sul, suscitou uma discussão no interior do país, que antes ficava na esfera das relações internacionais. Trata-se da discussão sobre as desigualdades ou desequilíbrios entre as regiões. A princípio, esta discussão, como já foi colocado, se dava a nível de relação entre as nações industrializadas, também chamadas de centrais, e as nações fornecedoras de matéria-prima e consumidora de produtos industrializados, conhecidas como periféricas ou dependentes.

Com a crescente industrialização de uma região do país, em detrimento das outras regiões, esta discussão foi interiorizada de forma bastante acalorada, principalmente na região Nordeste. O que levou o governo federal a adotar medidas no sentido de tentar resolver o problema das desigualdades entre a região Nordeste e a região Centro Sul. Estas medidas denominadas de políticas regionais serão o terceiro ponto a ser abordado neste capítulo.

## **1.1 - Breve Histórico do Papel do Estado na Industrialização Brasileira e o Surgimento das Desigualdades Regionais**

A industrialização brasileira tem algumas características que a tornam peculiar, entre elas podemos destacar: a) o fato de só se desencadear, principalmente, após a grande crise de 1929, que abalou toda a economia mundial; b) a industrialização ser concentrada, a princípio, na região Sudeste, que já era a principal e dominante região agrícola, subordinando a ela as demais regiões; c) o Estado ser o principal responsável por este processo de industrialização.

Até 1930, a economia brasileira era uma economia predominantemente agrícola, na qual alguns produtos revezavam-se assumindo - ora um, ora outro -, o papel principal na pauta de exportações. Esta situação perdurou por mais de quatro séculos. Embora tivéssemos um pequeno crescimento na indústria, durante a primeira guerra mundial, este crescimento não teve continuidade após o conflito.

Durante o período colonial, o açúcar foi o principal produto exportado. Conseqüentemente a região Nordeste, onde ele era produzido, destacava-se como pólo econômico. Depois veio a mineração, com destaque para a região de Minas Gerais. E de meados do século XIX até 1930, ocorre no Sudeste o predomínio do café como principal produto de exportação e, conseqüentemente, como carro chefe da economia. Vejamos como um autor que trata do período em estudo, vê a economia cafeeira:

"A economia cafeeira produziu valores, dinamizou um comércio internacional, criou divisas que possibilitaram importação (de manufaturados, mas também de máquinas e equipamentos, efetivou políticas protecionistas que também beneficiaram as indústrias), mas também limitou a formação de um mercado externo,

exportou excedentes de valor, subordinou a indústria a seus interesses, etc."<sup>1</sup>

Assim como a produção de café, a industrialização brasileira, propriamente dita, concentrou-se na região Sudeste, por diversos motivos que não nos cabe destacar neste trabalho.

Com o predomínio da região Sudeste sobre as demais regiões, reproduz-se internamente no país o modelo de desenvolvimento ao qual o país estava submetido na escala internacional, ou seja, cria-se internamente uma região desenvolvida, industrial e exportadora de produtos manufaturados e, paralelamente, cria-se uma área periférica, produtora de matérias-primas e fornecedora de mão-de-obra a baixos custos, para a região central.<sup>2</sup>

Todo este desenvolvimento se deu através da intervenção do Estado que passa a ter uma presença decisiva na economia. Após 1930, o Estado passa a atuar em áreas fundamentais. Com relação à mão-de-obra ou capital variável, o governo intervém através da reformulação do ensino, de novas práticas de saúde pública e também através da ideologia do corporativismo sindical, reduzindo, deste modo, o potencial revolucionário da classe operária. Com relação ao capital constante, o governo facilita a importação, incentiva a produção interna de máquinas, equipamentos, matérias-primas etc.

Com relação ao mercado interno, o governo também toma uma série de medidas que vão favorecer a industrialização. Entre elas podemos destacar a diversificação da produção agrícola, os investimentos em transportes e comunicação, a eliminação da capacidade de cada Estado legislar sobre comércio exterior, a extinção de impostos interestaduais, além da elevação das taxas

---

<sup>1</sup> KILLIP, Renato. *A Dinâmica da Acumulação Capitalista no Brasil (1930-1945)*. Campina Grande: UFPB, 1990. (Dissertação, Mestrado em Economia). p.35.

<sup>2</sup> MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste Brasileiro: uma política regional*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979. p.35-36.



de câmbio, que mesmo tendo sido elevadas para favorecer ao setor cafeeiro, acabou contribuindo para a industrialização, na medida em que elevou o preço das importações de produtos manufaturados, favorecendo a produção interna.

Esta opção pelo mercado interno, ao invés de esperar pelos impulsos externos foi, segundo Celso Furtado, um dos importantes fatores de diferenciação entre a economia brasileira e a de outros países, que estavam na mesma situação do Brasil no período da grande depressão de 1929.<sup>3</sup>

Devido a esta opção, o país criou, no período em que o mundo estava recuperando-se lentamente da crise, uma importante estrutura industrial. Aproveitando-se inclusive da crise, como mostra esta citação de Furtado:

"Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise industrial."<sup>4</sup>

Como se pode ver, o intervencionismo estatal, após 1930, impulsionou a industrialização de forma clara e direta. Um outro exemplo para justificar esta afirmativa é a criação da carteira de crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937. Com relação à indústria, a carteira tinha os seguintes objetivos:

"Financiar a criação de novas indústrias e a expansão das já existentes, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos."<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Ed. Nacional. 1987. p.198.

<sup>4</sup> Idem, p.199.

<sup>5</sup> KILLP, Renato. Op. cit., p. 91

Este modelo desenvolveu-se de forma lenta e sem muita oposição durante os dois primeiros períodos do governo de Getúlio Vargas, de 1930/34 e 1934/37. E acirrou-se ou desenvolveu-se de forma mais rápida no terceiro período do governo, 1937/1945. Neste período também não houve oposição ao modelo de industrialização. Estávamos sob a ditadura do Estado Novo.

Mesmo com a deposição de Vargas, durante o governo de Euríco Gaspar Dutra, manteve-se a centralização da industrialização, porém com um elemento novo e que de certa forma desvirtuava o modelo implantado no governo anterior. Vargas defendia o fortalecimento da empresa nacional ou pregava o que se convencionou chamar de Modelo de Desenvolvimento Nacional e Autônomo,<sup>6</sup> ou Nacionalismo Econômico.

Durante o governo Dutra, este modelo foi sendo desvirtuado com a penetração cada vez maior das empresas multinacionais. Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, o governo tem que apelar para as camadas populares no sentido de retomar o modelo de industrialização iniciado por ele no período anterior e combatido por parte da classe dominante ligada aos interesses internacionais que se fortaleceram durante o governo Dutra.

Em 1954, as forças que combatiam o nacionalismo de Vargas e defendiam um tipo de desenvolvimento ligado ou associado ao capital internacional tentaram de todas as formas dar um golpe de Estado que acabou frustrado com o suicídio de Getúlio Vargas.

O governo de Café Filho se dá sob a instabilidade criada pelo suicídio do Presidente e com poucas mudanças na política interna de industrialização. Só após a eleição e a conturbada posse de Juscelino Kubtschek é que a questão do modelo de industrialização será posta.

---

<sup>6</sup> BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1982. p. 49.

Apesar de ser um seguidor da política varguista e de ter sido eleito na coligação PSD/PTB - dois partidos criados por Vargas -, Juscelino vai desviar completamente o modelo nacionalista de Vargas, através de uma ampla divulgação de um plano de metas que, segundo ele iria tirar o país do atraso em que se encontrava e coloca-lo no mesmo nível dos países europeus que estavam se recuperando da segunda guerra mundial. Iríamos ter no Brasil, em 5 anos, o desenvolvimento que no ritmo anterior levaríamos 50 anos para alcançar. Passa-se, deste modo, da ideologia nacionalista para a ideologia desenvolvimentista.

O desenvolvimentismo baseava-se em um desenvolvimento acelerado da economia, através principalmente da "ajuda" do capital externo que, a partir deste momento entra no país de duas formas. Uma é a forma tradicional, até o período, através de empréstimos; outra é uma forma nova de exportação de capitais produtivos que se desenvolve no mundo, principalmente após a segunda guerra mundial, caracterizada pela instalação nos países periféricos das chamadas empresas multinacionais.

Estas empresas passam a explorar, na fonte, a matéria-prima e a mão-de-obra, que abundam em países como o Brasil. Com isto, cria-se no país - principalmente na região Sudeste -, uma enorme euforia pela entrada maciça de capitais e pela industrialização dela decorrente.

Por outro lado, aumenta a insatisfação de outras regiões que ficam de fora do modelo desenvolvimentista. Já que, apesar de ter rompido com o modelo nacionalista de Vargas, Juscelino mantém a política centralizadora de benefícios e investimentos na região Sudeste.

Neste período, em contraposição a esta política de centralização, cria-se um discurso e uma política que tem como lema a denúncia das desigualdades ou desequilíbrios regionais. Esta política é muito forte na região Nordeste, que, dentro do

quadro da industrialização brasileira, participava como região periférica, e como tal era exportadora de mão-de-obra, matéria-prima e capital para a região central.

Este sentimento de exclusão era bastante forte no Nordeste, por diversos motivos. Entre eles, podemos citar o fato de que - com a industrialização da região Sudeste -, aumentam os laços de interdependência entre as regiões, o que possibilita ver mais claramente as disparidade entre elas.

Para se ter uma idéia, em 1955, São Paulo, com uma população de 10.330.000 habitantes, desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20.100.000. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina.<sup>7</sup>

A pressão exercida por diversos setores da sociedade nordestina, principalmente os setores médios urbanos, constituídos por intelectuais, por alguns industriais, parte da igreja católica e contando também com um incipiente, porém promissor movimento camponês, representado pelas ligas camponesas, acaba por levar o governo a tomar algumas medidas visando a diminuição dos desequilíbrios ou desigualdades entre as regiões.

---

<sup>7</sup> FURTADO, Celso. Op. cit., p.239.

## **1.2 - As Desigualdades Regionais e a Criação de uma Política de Desenvolvimento para a Região Nordeste**

A região Nordeste, após o período áureo da cana-de-açúcar, caiu em uma letargia econômica e permaneceu acomodada durante séculos, exceção feita a alguns períodos curtos em que despontava um produto com aceitação no mercado internacional, como couro, algodão ou cacau; mesmo assim em curto espaço de tempo e restrito a micro-regiões.

Foram muitos os fatores que contribuíram para que a economia da região se mantivesse desta forma. Entre estes fatores, podemos destacar: a) o fato de que o Nordeste não desenvolveu uma agricultura mais racional, em seu período de apogeu, estando toda a agricultura baseada no tripé latifúndio, monocultura e escravidão; b) o fato de toda a produção estar voltada para a exportação; c) a proibição da Coroa Portuguesa, devido ao tratado de Methuen<sup>8</sup>, de se produzir manufaturas na colônia; d) a posterior concorrência dos produtos ingleses, após a abertura dos portos em 1808, inviabilizando o aparecimento de fábricas durante o período em que a região ainda estava capitalizada; e) a "acomodação" das camadas dominantes da região com a política assistencialista implementada pelo governo central, durante todo o período posterior à crise da economia açucareira.

Consideramos este último fator como um dos principais, pois foi através dele que se manteve toda a estrutura econômica da região. Desde o Brasil imperial as camadas dominantes na região sobrevivem à sombra desta política de benesses, onde a ação do Estado "aparece e desaparece" de acordo com as

---

<sup>8</sup> Por este acordo firmado entre Portugal e Inglaterra, em 1703, logo após a descoberta das minas de ouro no Brasil, a Inglaterra se compromete na compra e distribuição dos vinhos portugueses. Em contrapartida, o Reino de Portugal não desenvolverá em seu território ou em suas colônias nenhuma atividade de manufatura. Esta atividade caberá à Inglaterra, que abastecerá todo o mercado português bem como o mercado das colônias portuguesas.

"necessidades" da região, atuando sempre em caráter emergencial. Porém, presente o suficiente para a manutenção do "status quo" das oligarquias agrárias que dominam secularmente o Nordeste.

Esta política, como já foi colocado, perdurou até os anos 50 deste século, quando, sobre ela, iniciaram-se os questionamentos por diversos setores da sociedade. Enquanto o Sudeste se desenvolvia a passos largos, o Nordeste amargava a sua condição de região periférica, que dentro do sistema capitalista global seria a "periferia da periferia". Em 1956, por exemplo, o produto interno do Centro-Sul era de 11,2 milhões de dólares. No Nordeste, era de 1,8 milhões, ou seja, seis vezes menor. O produto per capita no mesmo ano era de 303 dólares no Centro Sul e de 96 dólares no Nordeste. No entanto, a população do Nordeste equivalia a 50% do Centro Sul.<sup>9</sup>

Desenvolvia-se no Centro-Sul uma política de inversões dentro de um programa orientado com objetivos definidos, visando a industrialização, enquanto no Nordeste se levava a cabo uma política "assistencialista". A ação governamental no Nordeste centrava-se na política de combate às secas e tinha efetivamente um caráter filantrópico.<sup>10</sup>

Enquanto o Centro Sul estava em plena euforia com o Plano de Metas do governo Juscelino, o Nordeste estava enfrentando mais uma grande seca. Esta situação desigual acirrava os ânimos, fazendo crescer o descontentamento com o governo federal, aumentando assim as tensões sociais na região.

Esta polêmica toma força durante o período de governo de Juscelino Kubitschek, porque a política desenvolvimentista deixa às claras as disparidades entre a região Sudeste e as demais regiões. Foram muitos os debates e os seminários

---

<sup>9</sup> MOREIRA, Raimundo. Op. cit., p.32.

<sup>10</sup> Idem, Ibidem p. 43.

---

período considerado 49% e no fim apenas 43% da renda per capita do país".<sup>11</sup>

Após esse diagnóstico da situação, foi feita uma avaliação final nos seguintes termos:

"Através desses elementos podem ser identificadas algumas das principais causas do subdesenvolvimento regional: Mau aproveitamento das terras, insuficiência de atividades industriais, de serviços e de recursos governamentais, embora a união despenda mais do que arrecada; crédito desequilibrado; baixa produtividade, principalmente na agricultura, onde impera a rotina por falta de educação e de técnicos, estagnando o homem e liquidando a terra.

Para eliminar estas causas do subdesenvolvimento se faz necessário uma ação governamental seletiva e contínua, provendo a Região de serviços básicos (hidroelétricas, ferrovias, pontes, rodovias pavimentadas, armazéns e silos, etc.) como a realizar ou estimular empreendimentos complementares públicos, privados ou mistos. Isto com criterioso planejamento e suspensão das medidas meramente emergências, de pouca ou nenhuma significação econômica ou mesmo social.

Não se pode, portanto, pensar no progresso de desenvolvimento do Nordeste sem atentar para a solução do problema administrativo e para a formação de equipes técnicas. Daí porque consideramos da maior importância a indicação de um grupo de planejamento do Nordeste com a tarefa de estudar e apresentar um plano de desenvolvimento para a Região".<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup>CAMPOS. Aluizio Affonso. *Realidade Econômica e Planejamento do Nordeste.* (Encontro dos Bispos do Nordeste). Fortaleza: BNB 1956. p. 5-6.

Outro fator que já vinha contribuindo para a mudança política e econômica, era a participação do camponês do Nordeste nos movimentos sociais mais amplos. Em 1956, são criadas as primeiras Ligas Camponesas. A perda do poder da burguesia industrial nordestina começa a ser percebida pela grande burguesia nacional como uma ameaça mais que potencial à sua hegemonia.<sup>13</sup>

Obviamente que tanto as oligarquias rurais nordestinas, como a burguesia do Centro Sul irão cobrar do governo medidas no sentido de resolver este problema. Apesar das diferenças com relação a seus objetivos, as oligarquias locais e a burguesia do Sudeste irão se unir no sentido de pressionar o governo. Como resposta a todo este quadro apresentado, ainda em 1956 é criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste; o GTDN.

Mesmo após a criação do GTDN, continuaram sendo realizados importantes eventos no sentido de contribuir para a discussão do projeto de diminuição dos desequilíbrios regionais. Uma importante iniciativa foi a realização do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizado na cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco, no período de 25/04 a 03/05/1959.

As proposições deste seminário, a nível de problemas gerais e de problemas industriais, também tiveram influência na política posteriormente traçada para a região. Neste Encontro foram debatidos estes dois aspectos dos problemas da região e as proposições foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo de discussão tratou dos problemas gerais da região, como segue:

#### "PROBLEMAS GERAIS

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.p. 109



1. Organização da economia do Nordeste.

Diagnóstico da situação presente e dos obstáculos ao progresso do Nordeste; Aumento da oferta de alimentos; possibilidades de dinamização da economia regional; Discussão de um plano global de desenvolvimento

2. Expansão do Mercado Regional.

Economias de infra-estrutura e de escala; potencialidade do mercado nordestino; Intercâmbio do Nordeste com outras regiões; Elevação do poder de compra da população; Aumento da produtividade das zonas semi-áridas e de sua resistência às secas.

3. Modificação da Estrutura Agrária

4. Promoção do Espírito Empresarial e Preparo da mão-de-obra.

5. Financiamento dos Empreendimentos Regionais.

6. Ação dos Órgãos Governamentais e das Entidades particulares que se voltam para o Nordeste.

O segundo grupo, tratou especificamente do problema industrial e fez as seguintes proposições para a área industrial:

"PROBLEMAS INDUSTRIAIS

1- Implantação da indústria siderúrgica; indústria de transformação do ferro e aço; indústria mecânica.

2- Criação e Expansão de indústrias com base nas matérias primas locais.

Recomendação: Um mais rápido atendimento no programa de eletrificação da CHESF nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

3- Modernização das Indústrias Tradicionais da Região. Melhor utilização da capacidade instalada e

reequipamento das indústrias têxtil, vestuário, couro, fumo, vidros , etc.

4. Desenvolvimento das indústrias de produtos alimentares. Restruturação da indústria açucareira; moagem de farinha , óleos comestíveis, conservas de peixe, frutas, laticínios etc.

5. Assessoramento Técnico da Indústria.

Elaboração de projetos econômicos; Aspectos ligados ao financiamento e organização de novas indústrias; Assistência técnica às indústrias já existentes; Cooperação da CNI com as autoridades de planejamento do desenvolvimento do Nordeste."<sup>14</sup>

Apesar destas preocupações da iniciativa privada, não se pode negar que a política traçada no sentido de atacar as desigualdades regionais foi principalmente do governo. Primeiro, através do GTDN e, posteriormente, via SUDENE, como veremos a seguir.

### **1.3 - Do GTDN à SUDENE**

O GTDN, no seu principal documento,<sup>15</sup> propõe uma mudança econômica, política e social para toda a região. Estas transformações atingiriam as principais atividades econômicas da região, desde a tradicional área do açúcar, passando pela agricultura de subsistência, a pecuária e desembocando na indústria. Embora, como analisa Silvio Maranhão:

---

<sup>14</sup> Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, 1, 1959, Garanhuns.

<sup>15</sup> BRASIL, Ministério do Interior. *GTDN. Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro. 1959.

"O documento propõe a transformação das economias agrícolas da zona úmida e da zona semi-árida e a necessidade de transferência de populações nas zonas super povoadas para a colonização de regiões do Estado do Maranhão. Mas as grandes ênfases do documento eram em industrialização".<sup>16</sup>

Como já foi assinalado, o Nordeste dispunha de algumas indústrias, desde o início do século; além de dispor de matéria-prima em abundância, que era fornecida para as indústrias do Centro-Sul. Além disso, o Nordeste contava com um fator considerado como primordial na perspectiva do GTDN: a mão-de-obra disponível. A política de industrialização traçada pelo GTDN tinha triplo objetivo, dar emprego a esta massa populacional flutuante, criar uma nova classe dirigente imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região capitais formados em outras atividades econômicas que, eventualmente, tendiam a emigrar para outras regiões, principalmente para a região Sudeste.

Segundo o GTDN, entre 1948 e 1956 a produção industrial do Nordeste cresceu 50%, tendo um crescimento anual de 5,2%. Porém, a participação no produto industrial do país baixou de 11% para 9%, já que o Centro-Sul crescia a uma taxa de 7,7%. Além disso, a imensa concentração de renda e o fraquíssimo mercado interno tornava a região incapaz de engendrar uma industrialização de maior alcance regional. Por outro lado as medidas de proteção a indústria do Centro-Sul via aumento das tarifas, acabam por subordinar as regiões periféricas internas.

A base da industrialização proposta no documento seria a modernização do parque industrial já existente, especialmente o têxtil, criando assim uma indústria competitiva capaz de garantir maior autonomia ao crescimento industrial.

---

<sup>16</sup> MARANHÃO, Silvio. "Estado e Planejamento Regional" In *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. p.91.

É baseado neste documento, que em 1959 cria-se a SUDENE pela lei número 3.692 de 15 de dezembro do mesmo ano. Os parlamentares do Nordeste que esperavam uma ação governamental nos moldes anteriores, posicionaram-se contrários à sua criação, enquanto os parlamentares do Centro-Sul e alguns poucos congressistas ligados à burguesia industrial nordestina apoiaram o projeto. O objetivo da SUDENE era precisamente o de tornar o Estado também produtor no Nordeste, já que até então ele limitava-se a uma ação meramente assistencialista ou populista<sup>17</sup>

A oposição à SUDENE foi bastante intensa, principalmente por parte das oligarquias tradicionais que se "encastelavam" no principal órgão de manutenção da política assistencialista e emergencial: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Como não conseguiram barrar a criação da SUDENE, as oligarquias obstacularam o máximo possível a ação do órgão e acabaram por desviá-la de seus interesses iniciais, propostos pelo documento que lhe deu origem.

Para se ter uma idéia dos obstáculos impostos à SUDENE, basta saber que, apesar de alguns Estados terem seus projetos aprovados pelo órgão a partir de 1960, os financiamentos destes projetos só começaram a ser liberados em 1963-1964.

Por outro lado, as camadas sociais que defenderam e que de certa forma, foram responsáveis pela criação SUDENE faziam discursos e enalteciam o papel que ela viria a desempenhar, como mostra esta avaliação de Aluizio Campos, publicada em 1962:

"No plano internacional, também a SUDENE se credenciou como um instrumento de negociação para conseguir ajuda técnica e outros auxílios, tendo obtido um financiamento do Banco Interamericano de dez milhões de dólares, cuja primeira parcela, de 2.5

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Op. cit., p.117.

milhões, já se encontra depositada no BNB. E está sendo considerada o veículo adequado para supervisionar, orientar e dirigir a aplicação dos recursos da Aliança para o Progresso, que vão ser destinados à Região pelo governo norte-americano.

Tudo isso mostra que a SUDENE foi criada como instrumento de defesa dos interesses nordestinos, para fugir àquela constância de uma espoliação que vinha se tornando tradicional e que implicava em se estabelecer dentro do Brasil uma colonização interna. Estávamos, realmente, virando colônia da região Centro Sul, em virtude da parada do nosso desenvolvimento, o que criara, do ponto de vista sócio-econômico, um risco de desagregação da própria unidade nacional, porque naturalmente os nordestinos, marcados na sua condição de subdesenvolvimento, teriam de reagir, de qualquer modo, tendendo a responsabilizar os nossos irmãos das regiões mais desenvolvidas como usurpadores dos nossos esforços".<sup>18</sup>

A SUDENE foi administrada através de planos diretores. Estes planos variavam de acordo com a composição das forças políticas no cenário nacional. De acordo com as mudanças nesta composição, mudavam-se também os objetivos e prioridades dos projetos aprovados.

No primeiro plano diretor, (1961-1963), período em que estava no poder a corrente popular nacionalista representada pelo Presidente João Goulart, as prioridades dos projetos aprovados foram; na área de manutenção do sisal, de tubos galvanizados, das indústrias de produção de alimentos e no reequipamento e modernização do parque têxtil. Os primeiros pontos na Paraíba e os dois últimos em todos os Estados. Ou seja, de certa forma mantinha-se, ao menos com relação à industrialização, o projeto do GTDN.

---

<sup>18</sup> CAMPOS, Aluizio Affonso. *A Revolução da SUDENE*. In "SUDENE: Plano Diretor em Execução". Recife, 1962.

No segundo plano diretor, (1963-1965), foram dados incentivos às indústrias de maior porte como a Usiba na Bahia e Salineiras Potiguar, mas manteve-se o incentivo para às indústrias de Curtume, Óleos Vegetais e Têxtil, estas últimas, tradicionais.

O terceiro plano diretor, (1966-1968), já sob a ditadura militar, procurou disciplinar as atividades industriais, estimulando o estabelecimento de distritos industriais nas capitais dos Estados e nas cidades de maior porte. Com isto, abria-se a possibilidade de instalação de grandes empresas nacionais e principalmente multinacionais. Falava-se também em assistência a pequenas e médias empresas. Só que esta parte do plano praticamente inexistiu.

Esta concentração de empresas e centralização financeira acabou por criar sérios problemas aos pequenos produtores e também às cidades, que cresciam de forma desordenada. Por isto, o quarto plano diretor, (1969-1973), surge com as preocupações espaciais procurando se descentralizar de Recife, Fortaleza e Salvador.

Como já foi colocado, de 1960 a 1973, foram elaborados quatro planos diretores para a SUDENE, todos buscando uma maior eficiência dos investimentos públicos.

A SUDENE tinha um importante papel a cumprir, mas a sua atuação aos poucos foi se distanciando do seu projeto original. Este distanciamento acabou por colocar a industrialização patrocinada por ela em oposição com o projeto inicialmente proposto. Embora não seja objetivo deste trabalho estudar com detalhes estes fatores, destacaremos o fator que consideramos como importante para o entendimento do nosso estudo.

Trata-se da inversão feita com relação às indústrias que seriam beneficiadas. No projeto inicial deveriam se beneficiar as indústrias "nativas" e não as indústrias do Centro Sul que se transferissem para a região, como se deu.

Por trás da posição ideológica de desenvolver o Nordeste estava a necessidade de integração do mercado nacional por parte das indústrias do Sudeste e até das multinacionais, que planificavam a apropriação de recursos, como nos chama a atenção Manuel Correia de Andrade:

"O objetivo do grande capital, no período anterior à SUDENE era controlar de forma mais direta a nossa região. Daí a ênfase dada anteriormente à política rodoviária, facilitando o transporte de mercadorias e encurtando as distâncias. E a política de construção de grandes usinas hidrelétricas. Visando à produção de energia a baixos preços para as indústrias que se estabelecessem na região".<sup>19</sup>

No primeiro plano diretor, (1961-1963), apesar de ter sido elaborado durante o governo de João Goulart, já dá para se perceber as mudanças, pois, ao invés dos incentivos às indústrias locais como se previa, o que ocorre é que são incentivadas todas as empresas de capital nacional que se instalassem e utilizassem matéria prima da região.

No segundo plano diretor, (1963-1965), estes benefícios são estendidos ao capital estrangeiro. Desta forma, foi se concretizando a consolidação do mercado interno nacional, na medida em que o Nordeste estava cada vez mais integrado à economia nacional. Por outro lado, o que se percebe é que a "redenção" do Nordeste foi se transformando cada vez mais em submissão às grandes corporações nacionais e internacionais.

É dentro deste quadro que tem início o processo de industrialização do Nordeste. Não estamos afirmando com isto que o Nordeste não dispunha de indústrias até este momento, já que vários estudos provam que o Nordeste contava com algumas

---

<sup>19</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*. Zahar. Rio de Janeiro, 1981. p. 52.

indústrias de grande porte - principalmente no setor têxtil-, desde o início do século.

O que ocorrerá no Nordeste é uma industrialização pautada na intervenção estatal, como ocorreu na região Sudeste. Só que esta industrialização e esta intervenção terão algumas peculiaridades que marcam e diferenciam o processo do Nordeste, do que ocorreu no Sudeste. E, para nós, a principal diferença entre os dois processos, além do tempo, está no fato de que a industrialização do Nordeste irá ser coordenada diretamente por um órgão criado pelo governo a SUDENE e terá como principal instrumento, os Incentivos Fiscais.

O desenvolvimento da região deveria se dar em sistema de co-participação entre o setor público, representado pela SUDENE e a iniciativa privada. Para regulamentar esta "aliança" foram criados vários mecanismos, com destaque para os mecanismos conhecidos com 34/18, como veremos a seguir.

#### **1.4 - Incentivos Fiscais: Surgimento e Objetivos**

A política de Incentivos por parte do Estado para a industrialização, como já foi colocado, sempre foi a principal alavanca da moderna industrialização brasileira. A novidade agora é a intensificação de uma política de incentivos diretos à industrialização via mecanismos criados com este fim.

A nível mais geral, foi criada em abril de 1964 a Comissão para o Desenvolvimento Industrial (CDI), através do Decreto Número 53.898. Sua meta era formular e aplicar estímulos governamentais para investimentos no setor industrial. Em 1966, a CDI foi estimulada através da concessão de incentivos fiscais pelo governo. Em agosto de 1969, o nome da Comissão foi mudado



e esta tornou-se o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), cuja finalidade era executar a política de desenvolvimento industrial brasileiro.<sup>20</sup>

O CDI foi objeto de muitas críticas, sendo uma das principais a de que inibia o desenvolvimento das empresas nacionais produtoras de bens de capital, na medida em que isentava as importações destes bens. Em dezembro de 1970, através do Decreto Lei Número 1.137, o papel do CDI foi redefinido e seus incentivos foram melhor sistematizados.

Os incentivos fiscais do CDI, assim como os investimentos que gerou, foram distribuídos de maneira desigual entre o Nordeste e o Sudeste, favorecendo esta última região, sobretudo em termos de renda interna e de população regional.<sup>21</sup>

O CDI tinha como objetivo atender as solicitações de incentivos por todo o país. o que de certa forma contribuía para as críticas. Já com relação ao Nordeste, existiu uma política de incentivos bem específica.

A nível de Nordeste, os principais instrumentos de incentivo a industrialização foram os incentivos fiscais. Mas o que são estes incentivos?. Se analisarmos o discurso oficial, veremos que os incentivos fiscais eram vistos como a solução para todos os problemas, na medida, em que eles seriam os grandes responsáveis pela industrialização.

O discurso desenvolvimentista e posteriormente o discurso utilizado no período militar - pelo menos até a crise do "milagre" econômico -, analisavam os problemas de regiões atrasadas como simples falta de capitalismo - leia-se

---

<sup>20</sup> SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Brasiliense. São Paulo, 1986. p. 22

<sup>21</sup> CHALOUT, Yves. *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno*. Vozes. Petrópolis, 1978.

industrialização -. E os incentivos fiscais seriam a forma pela qual o Nordeste passaria a ter seus problemas resolvidos.

Foram vários os mecanismos criados pelo governo para "levar o desenvolvimento" para o Nordeste, porém um mecanismo destacou-se e foi o principal responsável pela industrialização da região. Este mecanismo ficou conhecido como o 34/18, tal designação provém dos artigos 34, da Lei Número 3.995, de 14/02/1961. O artigo 34 é de autoria de um parlamentar nordestino ligado à burguesia industrial açucareira, o então deputado Gileno De Carli, ex-presidente do IAA. E o artigo 18, da Lei Número 4.239, de 27/06/1963. Juntos o 34/18 criaram e regulamentaram os incentivos para inversões no Nordeste.

→ O sistema 34/18 foi sem nenhuma dúvida o mais importante mecanismo econômico de intervenção federal no Nordeste, na medida em que incentivava a instalação de indústrias na região com o mínimo de custos para o capital do investidor. O capital inicial necessário à instalação destas indústrias, provinha do próprio governo. Vejamos como define este mecanismo o economista Raimundo Moreira:

"Resumidamente este sistema consiste em que as pessoas jurídicas possam deixar de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante de seus impostos sobre a renda, para investir ou reinvestir em projetos na área do Nordeste, reconhecidos pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento da região".<sup>22</sup>

Os recursos do imposto de renda não recolhidos ao Tesouro eram depositados no BNB e liberados para projetos industriais, analisados e aprovados pela SUDENE. Nesta análise determinava-se o percentual do capital das distintas fontes: os recursos próprios, os recursos do 34/18 e os empréstimos em função da prioridade dada ao projeto, com base em um sistema de pontos.

---

<sup>22</sup> MOREIRA, Raimundo. Op. cit., p.88.

A classificação se dava em três níveis: a) depositante; b) beneficiário (empresa), é bom assinalar que uma empresa poderia ter acesso a estes benefícios mesmo que seus proprietários não fossem depositantes; e c) o nível de ligação entre beneficiário e depositante.

Com o terceiro plano diretor, (1966-1968), ampliam-se para 75% os recursos governamentais, sendo os 25% que foram acrescidos, provenientes de empréstimos do BNB ou BNDE, inclusive para o capital variável. com esta medida, o empresário que investisse na região, só precisaria dispor de 25% do valor a ser investido. A SUDENE ainda dava um aval para a concessão de empréstimos no BNB ou BNDES, de 12,5% dos recursos necessários para a instalação das fábricas, baixando os recursos próprios a 12,5%.

Além destes incentivos a nível federal, as empresas que investissem na região ainda beneficiavam-se dos incentivos oferecidos pelos governos estaduais do Nordeste, conseguindo isenção de até 60% do ICM por um período de 5 anos, caindo a 6,25% os recursos próprios investidos para se instalar uma indústria, já que o depósito do ICM é antecipado pelos bancos estaduais de desenvolvimento sob a forma de empréstimos, para cobertura do capital variável.<sup>23</sup> Estas mesmas empresas também conseguiam benefícios de governos municipais em vários setores, inclusive em infra-estrutura, como ocorreu com as indústrias que se instalaram em Campina Grande, como veremos no próximo capítulo.

Em geral, os projetos concentravam-se em dois Estados: Bahia e Pernambuco. Para se ter uma idéia do volume de investimentos nestes Estados, temos a Bahia em primeiro lugar com 51,6% dos investimentos, seguido de Pernambuco com 19,2%, bem distante do terceiro colocado: no caso, o Ceará, com

---

<sup>23</sup> Idem, Ibidem, p 91.

6,2%. Isto apesar de em números de projetos o Estado de Pernambuco ter tido um número superior à Bahia e ao Ceará. Pernambuco teve 342 projetos aprovados ou 28,4%, a Bahia teve 264 ou 21,9% e o Ceará ficou com 185 projetos o que equivaleu a 15,3% dos projetos aprovados.<sup>24</sup>

O que mostra é que se estava criando uma outra zona periférica dentro da própria região Nordeste, onde o Estado de Pernambuco e, principalmente a Bahia, ganham cada vez mais importância em detrimento dos Estados menores, considerados pelos militares como menos importantes.

Os projetos concentravam-se nas capitais ou em cidades próximas a elas, com exceção da Paraíba, que tendeu a um equilíbrio em face da importância de Campina Grande frente a João Pessoa. A grande João Pessoa, compreendendo o município da capital e os de Santa Rita, Bayeux, Conde e Cabedelo, totalizou 62 projetos ou 45,6% do total. As demais cidades apresentaram menos de cinco projetos. Enquanto Campina Grande apresentou 45 projetos ou 33,1% do total.<sup>25</sup>

Os desembolsos dos incentivos fiscais do sistema 34/18 foram consideravelmente ampliados no período de 1966 a 1970, alcançando nesse último ano o seu nível mais elevado da primeira década de existência do sistema, (1962/71).

No período, 1963/68, expandiram-se substancialmente os programas de créditos das agências financeiras governamentais; Banco do Nordeste, BNDE e Banco do Brasil. O BNB, por exemplo, teve no período 1963/68 a sua fase áurea de expansão graças aos abundantes depósitos de incentivos fiscais, cujo fluxo de saídas, àquela época, ainda era inferior ao fluxo de entradas.

---

<sup>24</sup> BRASIL, Ministério do Interior. *Sistemas 34/18 e FINOR*. SUDENE, Recife, 1986.

<sup>25</sup> BARBOSA, Maria José Lira. *Um Projeto que (não) deu certo: Estado Desenvolvimentista e Industrialização*. Recife: UFPE, 1991. (Dissertação, Mestrado em História). p. 69.

Com isto, o impacto benéfico dos investimentos induzidos por esses estímulos fiscais e financeiros veio a se fazer sentir de forma mais intensa a partir de 1968.

Durante os anos 70, significativas mudanças foram introduzidas na ação dos organismos de desenvolvimento regional. A evidência de distorções e limitações no mercado de incentivos fiscais do 34/18 forçou o governo a uma reforma radical desse sistema, com a criação do FINOR em fins de 1974.

Constituindo evolução e aperfeiçoamento do sistema 34/18, o FINOR foi concebido em função dos seguintes objetivos:

1) Assegurar condições de exequibilidade financeira aos projetos aprovados pela SUDENE, através da garantia de efetivo aporte de recursos necessários na forma de cronogramas estabelecidos;

2) Eliminar intermediação ineficiente e onerosa que vinha tumultuando o mercado de incentivos e drenando para fora do sistema parte substancial dos seus recursos;

3) Estabelecer sistemática de planejamento e controle que assegurasse a compatibilização entre a oferta e a demanda de recursos de incentivos fiscais;

4) Proporcionar à SUDENE um instrumento que lhe possibilitasse direcionar os recursos de incentivos em melhor conformidade com as necessidades de cada setor e com as prioridades governamentais.<sup>26</sup>

Durante o período, 1960-1977, a legislação sobre os incentivos fiscais para o Nordeste favoreceu uma significativa transferência de recursos para esta região, embora a criação

---

<sup>26</sup> HOLANDA, Antônio Nilson Craveiro. *O Desenvolvimento do Nordeste e a Nova Sistemática do FINOR..* BNB. Fortaleza, 1977. p. 17.

dos programas PIN e PROTERRA tenha diminuído muito o percentual dos recursos alocados à SUDENE/FINOR.

Em 1969, começam as críticas. Inclusive por empresários do Centro Sul, devido a inadequada aplicação dos recursos. Os setores políticos e intelectuais somavam-se nas críticas de que a indústria não era capaz de gerar empregos suficientes, etc.

A seca de 1970 mostra a vulnerabilidade da economia e serve como parâmetro para a mudança oficial na política para a região. Reconhecia-se a pouca absorção de mão-de-obra pela indústria. Neste momento o governo passa a investir em outras áreas, baseado em uma nova política conhecida como o PIN (Programa de Integração Nacional). Metade das verbas do 34/18 é destinada ao PIN que terá projetos ambiciosos no setor agrário, com o objetivo de folgar os centros econômicos do Nordeste e o Centro Sul.

Após 1970, parte do 34/18 é desviado para outras regiões como a Amazônia, e para atividades industriais em outras regiões do país - turismo e pesca - e usado no próprio Nordeste, só que para projetos agropecuários, geralmente em áreas de povoamento como o sul e oeste do Maranhão, o sul do Piauí e o oeste da Bahia.

Em 1971, o governo cria o PRÓ-TERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Fomento para a Indústria Agrária do Norte e Nordeste), também com recursos do 34/18. Com isto, o governo tenta diversificar a agricultura e implantar um sistema de irrigação. Desta forma, o projeto de industrialização do Nordeste foi sendo substituído por outros projetos de caráter mais geral. Como mostra esta análise de José Carlos Assis e Maria da Conceição Tavares:

"Com a Proliferação de fundos incentivados, o privilégio fiscal para o Nordeste e o Norte diluiu-se por entre uma vasta gama de incentivos setoriais como reflorestamento, pesca, exportação de manufaturados,

que favoreciam por sua dinâmica o Sudeste,  
relativamente mais próspero".<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Tavares, Maria da Conceição; Assis, José Carlos de. *O Grande Salto para o Caos: A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário*. Ed. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1985, p. 32.

## Capítulo 2

### A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE E SUAS ESPECIFICIDADES

A cidade de Campina Grande, localizada no interior do Estado da Paraíba, destacou-se no cenário nordestino, desde a sua origem, como um importante entreposto comercial e um elo de ligação entre o interior do Estado e a capital da Paraíba e também de Pernambuco. O comércio sempre ocupou lugar de destaque entre as atividades econômicas do município. Entre as atividades comerciais destacava-se o algodão, ou o "ouro branco", como era conhecido no ápice da cultura algodoeira no Estado. Com a comercialização do algodão, a cidade ficou conhecida internacionalmente e tornou-se o centro comercial de toda a região que compõe o compartimento da Borborema.<sup>28</sup>

Foi com base neste produto que surgiram as primeiras indústrias na cidade, no início do século XX. Estas indústrias pioneiras beneficiavam e prensavam o algodão, e até a década de quarenta se constituíam nas principais e quase únicas indústrias, exceção feita a pequenas "fabriquetas" domésticas sem grande expressão.

Durante os anos quarenta, a cidade vê surgir novas indústrias ligadas a atividades têxtil, couro, alimentos etc. Entre 1950 e 1960, a cidade cresce em importância na região, devido a seu acelerado processo de industrialização e à abrangência do comércio com as cidades circunvizinhas, e até com outras regiões do Nordeste.

---

<sup>28</sup> CARDOSO, Maria Francisca Thereza. *Campina Grande e sua função como Capital Regional*. In "Revista Brasileira de Geografia." Ano XXV Nº IV, IBGE, Rio de Janeiro, 1964. p.421.



Após a segunda metade dos anos 50, cresce a discussão no Nordeste sobre os novos rumos que deveriam ser adotados pelo governo federal, com vistas a acabar com os desequilíbrios regionais. E Campina Grande é palco desta discussão. É grande a efervescência na cidade e a esperança é de que, com o fim dos desequilíbrios regionais, a cidade seja uma das mais beneficiadas devido a sua importância.

Confirmando a afirmativa acima, citaremos dois fatos: 1) É Campina Grande que sedia, em 1956, o I Encontro dos Bispos do Nordeste e, 2) Campina Grande é a única cidade do Interior do Brasil, não Capital de Estado, que se tornou sede de um órgão de liderança do processo de industrialização do país, a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP).

Antes mesmo da criação da SUDENE, O município já incentivava suas indústrias e lutava por uma política de incentivos para industrializar a região. É claro que esta luta não era encabeçada por todos os setores da sociedade local, mas por um setor bem representativo e que consegue inclusive lançar candidatos com esta plataforma, como ocorreu em 1959, com o lançamento da candidatura do empresário Newton Rique.

Com a criação da SUDENE, a cidade destaca-se pelo número de projetos enviados ao órgão, como também pelas facilidades criadas para instalação de indústrias no município. É desenvolvida toda uma estratégia de atração de indústrias, que aqui instaladas receberiam algumas vantagens não oferecidas em outras cidades.

Além dos vários incentivos oferecidos, <sup>32</sup> uma das facilidades que Campina Grande apresentava para a instalação das indústrias no município era um distrito industrial, em fase de construção, que seria dotado de toda a infra-estrutura necessária para o bom funcionamento das indústrias ali instaladas. Desta forma, a cidade consegue atrair indústrias importantes e com isto criar todo um clima de euforia com o crescimento industrial e urbano,

ocorrido nos primeiros anos de instalação da política de incentivos adotada para a região.

## 2.1 - A Industrialização de Campina Grande no Período Anterior à SUDENE

Como já foi colocado, Campina Grande vinha se destacando na região Nordeste, desde os anos 40. De 1940 a 1960, ocorre na cidade um crescimento considerável no número de estabelecimentos industriais, como também no número de operários, chegando a superar, nestes dois aspectos, a capital do Estado, João Pessoa, que em 1940 tinha números superiores, porém não consegue manter a mesma taxa de crescimento alcançada por Campina Grande, principalmente entre os anos cinquenta, como mostra o quadro a seguir:

### QUADRO N° 01

Estado da Paraíba

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DE OPERÁRIOS  
1940/50/60

MUNICÍPIOS	N° DE ESTABELECIMENTOS			DIFERENÇA EM (%)		N° DE OPERÁRIOS		DIFERENÇA EM (%)
	1940	1950	1960	1950/40	1960/50	1950	1960	1960/50
<b>C. GRANDE</b>	<b>87</b>	<b>93</b>	<b>212</b>	<b>6,8%</b>	<b>127%</b>	<b>1.202</b>	<b>2.588</b>	<b>115,3%</b>
<b>JOÃO PESSOA</b>	<b>96</b>	<b>111</b>	<b>186</b>	<b>15,6%</b>	<b>67,5%</b>	<b>2.396</b>	<b>1.446</b>	<b>-39,64%</b>

Fonte: IBGE. Censo Industrial do Estado da Paraíba - 1939, 1940, 1959...

Como se pode perceber, na década de 50 o crescimento industrial de Campina Grande é considerável. Entre 1950/54 o município contribui com 1/3 da arrecadação do Estado, sendo

assim dividido: 1950 33%, 1951 38%, 1952 25%, 1953 26%, 1954 32% - apesar de terem ocorrido secas em 1952/53 -, e ser nestes dois anos que se inicia a crise no mercado internacional do agave e do algodão.<sup>29</sup>

Em 1955, a cidade já contava com 71 estabelecimentos com mais de 5 operários, totalizando nestes estabelecimentos 1.970 operários. Destacava-se a indústria têxtil com 8 estabelecimentos, 693 operários e 45% do valor total da produção, tendo como principal sub-ramo o beneficiamento de algodão e fabricação de redes, sacos, redes de fios etc.

A indústria química e farmacêutica empregava 209 operários, em 7 estabelecimentos, e respondia por 23% do valor produzido. O destaque fica aqui por conta das indústrias de extração de óleos de algodão e oiticica, que no ano de 1954 foram responsáveis pela produção 12,7 toneladas de óleo, sendo 7,6 de caroço de algodão e 5,1 de oiticica; além dos subprodutos do algodão como a torta, casca, linter, piolho e a borra. Este ramo ainda produzia sabão e velas. A indústria alimentícia contava com 15 estabelecimentos, 153 operários e era responsável por 14% da produção.<sup>30</sup>

Apesar deste crescimento, a cidade também enfrentava os problemas gerais da região Nordeste, tais como: desemprego, aumento da miséria e migração para a região Sudeste. Assim como as conseqüências deste êxodo. Segundo dados da Delegacia de Polícia de Campina Grande, que realizou um controle nos veículos que trafegavam para o Sul, de 2 de fevereiro a 18 de dezembro de 1956, nada menos que 5.612 homens válidos embarcaram para o Sudeste. Destes 4.772 eram homens entre 20 e 26 anos, sendo 4.315 agricultores e 257 sem profissão.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> FILHO, José Paulino da Costa. *Um Quinquênio de Finanças Públicas em Campina Grande. - 1950/54*. FIEP, C. Grande, 1955. p. 18. (Mimeograf.).

<sup>30</sup> Boletim de Campina Grande. Nº 01. Ano 1957.

<sup>31</sup> SOARES, Eptácio. *O Êxodo Rural, suas causas e efeitos na economia e na sociedade nordestinas*. Boletim de Campina Grande. Nº 01. Ano 1957. p.03.

Este crescimento industrial e o agravamento destes problemas proporcionaram o crescimento de uma nova camada social que divergia da política "assistencialista" até então implementada nas três esferas de poder federal, estadual e municipal. Esta divergência acirrada pelas discussões que espalham-se por todo o Nordeste, influencia a disputa na política municipal, até então dominada pelas oligarquias tradicionais e pelo partido que representava estas oligarquias: o PSD.

Em 1959, contrapondo-se à candidatura das oligarquias, que se baseavam no assistencialismo, as camadas ligadas à indústria e ao setor financeiro - também em expansão na cidade -, lançaram pelo PTB o empresário Newton Rique, que defendia uma nova forma de ação do poder público, em consonância com a política desenvolvimentista e o projeto de industrialização, como mostra este trecho do programa de governo:

"Campina Grande é um pólo comercial que recebe matérias primas do interior e exporta e recebe os produtos manufaturados que abastecem as cidades com até 500 km de distância. Isto é importante para a cidade, só que ela precisa avançar e acompanhar as mudanças para não continuar sendo apenas um entreposto comercial. É preciso seguir o progresso e o progresso está na industrialização utilizando este privilégio de já ser um entreposto comercial.

Além das potencialidades acima citadas, a cidade dispõe de energia da CHESF, água, matérias primas de fácil aquisição na região, boa rede de transporte e mão-de-obra disponível.

Não se resolve o problema da miséria em uma cidade de 100 mil habitantes, sem emprego e estes empregos só podem vir das atividades remuneradoras da indústria".<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Revolução da Prosperidade. Programa de Governo do Candidato Newton Rique do PTB. p.02-04.

Apesar de derrotado nas eleições de 1959, o grupo que lançou a candidatura de Newton Rique continuou atuando em organismos paralelos à administração pública como a FIEP e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT).

Esta fundação, no período anterior à SUDENE, procura orientar os industriais locais e os que desejarem se instalar na região, através de assessoria e elaboração de projetos industriais. Também tenta financiamentos e incentivos dos governos para estas indústrias.

Após a criação da SUDENE, a FUNDACT elabora um guia de investimentos com a lista de todos os incentivos concedidos pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal para o caso de Campina Grande. Este guia constando de catálogo de endereços das instituições financiadoras, os tipos de incentivos, a legislação detalhada sobre os incentivos nas três esferas, as resoluções da SUDENE e as instruções para obtenção dos incentivos.

No guia podem-se encontrar ainda informações sobre o Banco do Nordeste e o seu financiamentos, dados econômicos sobre o Estado da Paraíba, dados econômicos sobre o município de Campina Grande, formulários e instruções sobre como conseguir os requerimentos de benefícios em todas as escalas.

Além do guia, a FUNDACT continua desenvolvendo todas as atividades anteriormente desenvolvidas por ela. Guardadas as devidas proporções, poderia se fazer uma comparação da FUNDACT, com o atual SEBRAE.

Em consonância com a Fundação, a Federação das Indústrias do Estado, pressiona as autoridades no sentido de resolver os problemas por que passa a cidade, como mostra este trecho da carta enviada, em 1956, pela FIEP ao Presidente da República:

"PEDIDOS:

- Amparo à agricultura e à pecuária como forma de aumentar a produtividade via orientação técnico-científico pela ANCAR;
- Continuação da pesquisa e início de novas prospecções no campo da produção mineral;
- Providências em relação às secas e transferência da sede do DNOCS para Campina Grande;
- Política de investimentos visando à industrialização das matérias-primas aqui existentes e criação de novas indústrias com financiamento do BNB;
- Extensão e melhorias na rede ferroviária;
- Ampliação e barateamento da rede elétrica".<sup>33</sup>

Por estes e outros fatores, a cidade continuou a crescer, este crescimento a colocou como um importante pólo de investimentos, após a criação da SUDENE. Como sabemos, apesar de ter sido criada em 1959, a SUDENE só passa a liberar verbas para projetos de industrialização em 1961, quando é aprovado o seu primeiro plano diretor.

---

<sup>33</sup> Carta de Reivindicações Econômicas do Estado da Paraíba. Ao Presidente Juscelino Kubtschek. FIEP. 1956.

## **2.2 - O Quadro do Município no Período de Instalação da SUDENE**

No período imediatamente posterior à entrada em ação da SUDENE, ou seja, em 1962, Campina Grande era uma das cidades mais promissoras e uma das que mais crescia em toda a região. O município havia se transformado de simples entreposto comercial do final dos anos 30, em uma cidade com importância fundamental para todo o Estado e até para Estados vizinhos.

A importância da cidade não era medida apenas por seu comércio, pois estavam estabelecidos na cidade, 16 bancos (incluindo cooperativas que funcionavam como bancos), sendo nove deles com matrizes na cidade, como segue:

Banco Industrial de Campina Grande S/A  
Banco do Comércio de Campina Grande S/A  
Banco Auxiliar do Povo S/A.  
Cooperativa Banco Mercantil LTDA.  
Cooperativa Banco Agrícola de Campina Grande LTDA.  
Cooperativa Agrícola de C. Grande LTDA.  
Cooperativa Central de Crédito da Paraíba.  
Cooperativa Agrícola da Borborema LTDA.  
Cooperativa Rural de Investimentos LTDA.

As filiais ou agências de crédito eram:

Banco do Brasil S/A.  
Banco Industrial de Campina Grande S/A (Agência Mercado)  
Banco Industrial de Campina Grande S/A ( Agência R. João Pessoa)  
Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A  
Caixa Econômica Federal  
Banco do Nordeste do Brasil S/A  
Banco Magalhães Franco S/A  
Banco do Povo S/A.  
Banco Nacional do Norte S/A.

Banco do Comércio de Campina Grande S/A (Agência Mercado).

No campo da indústria, a cidade contava com mais de 220 estabelecimentos industriais. Destes, 24 estabelecimentos com mais de 10 operários e 12 com mais de 50 operários.<sup>34</sup>

As indústrias mais importantes e mais antigas, eram as indústrias de transformação - em sua maioria instaladas na cidade na década de 40 -, e a maior parte delas limitavam-se a simples beneficiamento de matérias primas para exportação, com destaque para as indústrias de algodão, sisal, minérios e óleos.

Estas indústrias de beneficiamento atendiam a um mercado consumidor distante, escapando do âmbito estritamente nordestino, como é o caso das indústrias que beneficiavam o couro e exportavam para a região Sudeste e Sul e as que beneficiavam algodão exportando, inclusive, para o mercado externo como mostra o quadro a seguir.

#### QUADRO Nº 02

DESTINO DO ALGODÃO COMERCIALIZADO EM CAMPINA GRANDE  
SAFRA - 1961/62

DESTINO	FARDOS	PESO LIQUIDO
FÁBRICAS DO ESTADO	13.582	2.186.454
DIVERSOS ESTADOS BRASILEIROS	85.300	15.365.516
EXTERIOR	43.958	8.398.501

FONTE: Secção de Classificação de Produtos Agropecuários de Campina Grande. Safra 1961/62.

Como se pode observar do algodão em pluma classificado na região polarizada por Campina Grande, mais de 90% era exportado e menos de 10%, apenas, era absorvido pelas fábricas locais, o

<sup>34</sup> Dados da FIEP. 1963.



que demonstra um grande potencial para a industrialização neste ramo.

Os minérios, principalmente a tantalita, o berílio e a xilita são também beneficiados na cidade e exportados para o exterior. A exploração destes produtos por se tratar de minerais estratégicos, foi bastante intensificado durante a segunda guerra mundial.<sup>35</sup>

Quanto ao outro grupo de indústrias, ou seja, as indústrias de transformação, representado pelas fábricas de artefatos de couro, sabão, sacaria, massas, instrumentos agrícolas, papel, calçados e outras, observa-se que elas se diferenciavam das primeiras em vários aspectos, indo desde a composição do capital nelas investido, passando pela amplitude do valor da produção e chegando até ao mercado ocupados por estas fábricas.

O capital investido nestas fábricas, era oriundo da própria cidade, ou das cidades circunvizinhas como Cajazeiras, Guarabira, Patos ou até mesmo Recife. E em sua maioria dispunham de pouco capital e conseqüentemente empregavam poucos operários. Com exceção das duas grandes indústrias, SANBRA e Anderson Clayton que eram constituídas por capital exterior ao Nordeste.

Quanto ao alcance do mercado, elas dispunham de uma faixa de mercado mais restrito atingindo apenas o próprio Estado e às vezes apenas as cidades circunvizinhas, como é o caso das fábricas de massas, sabão, mosaicos etc. Ou quando muito, chegavam a atingir a região Nordeste, como é o caso dos sacos, instrumentos agrícolas, artefatos de couro e papel.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Op. cit., p.429.

<sup>36</sup> Idem, Ibidem p. 431.

Este é o perfil da cidade no período de transformação da política de industrialização proposto pelo governo federal para a região Nordeste. A este projeto de transformação ao qual a cidade de Campina Grande tentou se engajar na esperança não só de industrializar-se de forma mais rápida, mas sobretudo, na esperança de que a industrialização resolvesse os principais problemas enfrentados pelo município, o Estado e a região, como pregavam os partidários da política desenvolvimentista.

Quando afirmamos que a cidade engajou-se neste processo de industrialização proposto pelo governo, não significa apenas que a cidade esperou a industrialização. Ao contrário: Campina Grande buscou de todas as formas atrair as indústrias para o município, como veremos a seguir.

Pode-se afirmar que Campina Grande preparou-se para absorver o projeto de industrialização proposto pela SUDENE. A cidade participou da preparação do projeto de industrialização, desde as primeiras discussões sobre a mudança na política oficial para a região Nordeste. E, no período desta mudança, o município já dispunha de experiência com relação à indústria, pois já contava com um parque industrial desenvolvido para a época e para a região.

Esta mudança na forma de fazer política ou estas novas exigências com relação à política governamental, em Campina Grande, assim como em todo o Nordeste, gerou polêmica e muita oposição também na cidade, que como toda a região, era dominada pelas oligarquias tradicionais e, conseqüentemente, avessa a mudanças.

Além da discussão, o município procurou de todas as formas se tornar um ponto de atração para as novas indústrias através de vários mecanismos, que iam desde a concessão de incentivos até obras de infra-estrutura, como veremos a seguir. A princípio, estes mecanismos não só beneficiariam estas novas indústrias, mas - como o projeto original do GTDN -, buscava

também incentivar as indústrias já instaladas, que deveriam a partir desta nova política modernizar-se.

Como já foi colocado, no final dos anos cinquenta, a discussão sobre o destino da região Nordeste estava na ordem do dia e, embora todos estivessem de acordo com relação à necessidade de medidas urgentes por parte do governo central, para a resolução do problema regional, surge uma grande polêmica com relação a que tipo de medidas deveriam ser tomadas pelo governo.

A grande polêmica era exatamente a seguinte: continuar com a "ajuda" nos moldes anteriores e com isto manter-se os privilégios das oligarquias tradicionais, ou tentar uma política industrializante. E Campina Grande, sendo um dos nascedouros desta polêmica não poderia deixar de participar dela.

A eleição de 1959 na cidade, refletia muito bem esta polêmica. Na situação, o candidato era Severino Cabral, representante direto da política "assistencialista" - até então em vigor -, e tinha como lema: "Dividir, Doar e Ajudar."

Na oposição, o candidato era Newton Rique, representante da política de industrialização, e apresentou como plano de governo, o documento intitulado: "A industrialização de Campina Grande: Solução para o problema do desemprego e elevação do padrão de vida da classe operária". Este documento também era conhecido como a "Revolução da Prosperidade". Nesta eleição venceu Severino Cabral.

Derrotado em 1959, Newton Rique retorna em 1963 e apresenta basicamente o mesmo projeto da eleição anterior. Eleito em 1963, Newton Rique apresenta um plano de ação para o período de sua gestão 1963/67 que pode ser resumido nos seguintes pontos: a) Atrair para Campina Grande investimentos industriais de maior porte; b) Amparar e ajudar a pequena indústria e o artesanato e; c) Fortalecer a estrutura econômica

do município. Este seu projeto contou com o apoio importante de outro entusiasta da industrialização; o então governador do Estado, Pedro Gondim, como mostra este depoimento:

"Criar facilidades locacionais não significa apenas conseguir um terreno e deixar a indústria entregue à própria sorte. Espero concluir no meu governo a implantação de um dispositivo de ação e de um série de obras de infra-estrutura que garantirão aquilo que a Paraíba almeja, com o mais justo anseio reivindicatório, em termos de desenvolvimento econômico e industrialização do Estado"<sup>37</sup>.

Durante a gestão de Newton Rique foram tomadas diversas medidas visando a implementação do seu programa de governo. Criou-se a Secretaria de Indústria e Comércio - Com serviço técnico de estudos e projetos - Tendo como objetivo, fornecer toda a infra-estrutura e até ajudar na elaboração de projetos junto aos investidores interessados em implementar qualquer tipo de projeto para o desenvolvimento da cidade, com especial atenção para os projetos na área industrial, onde além dos investimentos privados também esperava-se contar com os investimentos públicos via SUDENE.

O prefeito também buscou uma maior articulação com SUDENE, FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba), Conselho Estadual de Desenvolvimento, BNB (Banco do Nordeste do Brasil), BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento, Carteira Industrial do Banco do Brasil, etc. Tudo isto visando atrair indústrias para a cidade.

Foram realizadas campanhas de propaganda periódicas, na cidade, no Estado e nas demais regiões, com especial destaque para a região Sudeste, falando das possibilidades e oportunidades de Campina Grande como centro industrial.

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida, pelo governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, ao *Jornal Diário da Borborema*, 10/11/63. p.02

Em resposta aos esforços do Prefeito, Campina Grande destaca-se e adquire cada vez mais importância no cenário nacional como mostra esta análise da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que servia como indicação para os investidores do Estado de São Paulo e dos demais Estados da região:

"VANTAGENS OFERECIDAS POR CAMPINA GRANDE

- a) Situação privilegiada no interior do Nordeste, com relativa equidistância dos núcleos econômicos mais vivos da Região.
- b) Cidade bem servida por meios de transportes.
- c) Baixo salário mínimo.
- d) Variedades de matérias-primas, vegetais, animais e minerais: algodão, agave, óleos, leite, couros e peles, minério, etc.
- e) Mercado Regional em fase de expansão, facilidades oferecidas quer pela municipalidade, quer pelo Governo do Estado e pela União, visando a instalação de novas indústrias.
- f) Facilidade de aquisição de áreas para localização de indústrias".<sup>38</sup>

O Prefeito ainda empreendeu diversas viagens à região Sudeste com objetivo de apresentar, pessoalmente, aos investidores daquela região, as vantagens oferecidas pela cidade. como podemos comprovar numa entrevista concedida a O JORNAL, do Rio de Janeiro, em que Rique lista as vantagens que seriam auferidas por quem se interessasse em investir em Campina Grande. Entre outras vantagens oferecidas pelas demais cidades do Nordeste, Campina Grande ainda oferecia quatro itens

---

<sup>38</sup> FIESP - São Paulo e a Economia Nordestina, In "O Pensamento da Indústria." São Paulo, 1963.

de fundamental importância para qualquer indústria: a) localização e serviços de infra-estrutura em nível favorável; b) energia e água abundantes e a baixo custo; c) apoio da SUDENE e; d) estímulos fiscais e financiamentos pelo Estado e pelo próprio município.<sup>39</sup>

Para tornar realidade estas ofertas, o prefeito Newton Rique criou em 13 de dezembro de 1963 o FUMINGRA (Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande) e no prazo de sessenta dias se comprometeu a criar a CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), que tinha como objetivo administrar o FUMINGRA.<sup>40</sup>

A criação do FUMINGRA era considerado pelo prefeito como um passo importante dado pelo poder público no sentido de incentivar a industrialização, como mostra trecho do seu discurso na entrega do projeto à Câmara de Vereadores:

"A industrialização de Campina Grande vem sendo o desejo dominante no seio das classes produtoras e chegou às massas trabalhadoras sob a forma de uma aspiração coletiva, capaz de solucionar alguns problemas sociais, principalmente o desemprego com todo o cortejo de males que ele acarreta.

Até agora, Campina Grande se tem industrializado parcialmente pelo esforço isolado de seus filhos, sem ajuda efetiva dos poderes públicos. Julgo que é chegado o momento de uma poderosa intervenção do governo municipal para dirigir, fomentar e disciplinar um maior surto desenvolvimentista, através da industrialização em maior escala do município".<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Jornal Diário da Borborema, 09/11/1965. p.02.

<sup>40</sup> CÂMARA MUNICIPAL. Projeto de Lei Nº 88 de 13/12/1963.

<sup>41</sup> CÂMARA MUNICIPAL. Discurso do Ex. Prefeito Newton Rique, na Entrega do Projeto de Criação do Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande (FUMINGRA). Campina Grande, 13 de dezembro de 1963.

O prefeito Newton Rique também envidou esforços junto ao governo do Estado, objetivando a concretização da instalação do Distrito Industrial de Campina Grande.

Com o golpe militar de 1964 e a cassação de Newton Rique, assume o seu vice Williams Arruda, que continua a política traçada anteriormente pelo seu antecessor, embora, a princípio, não compactuasse com os mesmos ideais do prefeito Newton Rique, já que tornou-se companheiro de chapa e candidato a vice prefeito graças a um acordo entre os setores progressistas que indicaram o prefeito e os setores tradicionais que indicaram o vice prefeito.

Apesar dessa diferença, Williams Arruda continua com a política desenvolvimentista iniciada por Newton Rique e até inova em alguns setores, quando procura diversificar mais os investimentos públicos, investindo tanto em infra-estrutura básica, como na garantia de mão-de-obra qualificada. Neste período foram feitos investimentos em áreas consideradas prioritárias para qualquer projeto de industrialização atual e futura.

### ***2.3 - Criação de Infra-Estrutura para Receber as Novas Indústrias***

Campina Grande, como vimos anteriormente, já contava com algumas indústrias no final da década de 30 e passa a ter um crescimento elevado no setor industrial a partir dos anos 40, intensificando ainda mais este crescimento durante a década de 50 e início da década de 60. Neste período de intensificação, principalmente a partir da metade dos anos 50, o município começa a dar os primeiros passos no sentido de intervir na economia do município, e incentivar a indústria local.

Em janeiro de 1957, o Prefeito Elpídio de Almeida organiza uma grande recepção à comitiva de industriais paulistas que visita a cidade, interessada particularmente, no estudo das possibilidades econômicas e financeiras do município, para investimentos de capitais bandeirantes. Apesar desta comitiva ter visitado outras cidades, esta visita vem demonstrar que Campina Grande está no roteiro dos interessados em investir na região.

Aos poucos a cidade vai ganhando destaque na região, devido a esta ação mais ostensiva do município e do Estado no sentido de se estruturar para as mudanças que estavam ocorrendo na região e no país. Em 1956, o então governador do Estado, José Américo de Almeida, inaugura os primeiros 20 km dos trechos Campina Grande - João Pessoa. Esta obra foi de grande importância para a cidade, pois possibilitou de forma mais rápida o acesso a capital do Estado e ao porto, localizado na cidade de Cabedelo.

Neste mesmo ano é instalada a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE), criada pela Prefeitura Municipal de C. Grande. Em 1957, é criada a SANESA, primeira Sociedade Mista de Água e Esgoto de todo o Brasil e também da América do Sul. A base do modelo da SANESA serviu posteriormente para a criação da CINGRA e TELINGRA. Um outro fator importante para o crescimento da cidade foi a inauguração da adutora de Boqueirão, em 1958.

Na gestão de Severino Cabral (1959/63) continuam as iniciativas do poder público municipal, como Projeto de Lei Nº 14/59, que autoriza a criação do Banco do Município de Campina Grande S/A com 51% das ações da prefeitura. Este projeto é aprovado e transformado em Lei em 26/04/1960. No mesmo ano é aprovado o Projeto de Lei Nº 59/59, que cria o (FUNDAGRIM) Fundo Municipal de Desenvolvimento Agro-industrial, aprovado em 14/05/1960. Ainda na gestão de Severino Cabral, foi aprovado o Projeto de Lei Nº 1/63 em 22/01/1963, no qual o município faz a



doação de uma área de 5.760.00 m<sup>2</sup> para a instalação da IPELSA, Indústria de Papel e Celulose.

Aliada a estas iniciativas, a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba cria, em 1961, o Departamento de Produtividade. Com isto, Campina Grande colocava-se na vanguarda de várias cidades nordestinas, tornando-se ponto de irradiação de novas idéias, que já eram presentes nas empresas do Centro Sul, depois de se terem constituído em verdadeira revolução na Europa e nos Estados Unidos.<sup>42</sup> Em todo o Nordeste, apenas quatro Federações de Indústrias contavam com estes departamentos de produtividade, todos sob a orientação geral do Conselho Nacional de Produtividade na Indústria (CENPI); são essas federações; Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba.

Na iniciativa privada, porém, o papel mais importante no campo dos incentivos vai ser desempenhado por um grupo de intelectuais da cidade, influenciados pela ideologia desenvolvimentista. Estes intelectuais, liderados por Edvaldo de Souza do Ó e Lopes de Andrade, criam a FUNDACT Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica. Entidade de caráter privado, criada pela Lei municipal Nº 48 de 28 de Dezembro de 1957.

A FUNDACT, como já foi assinalado, servia de guia para os industriais locais e de outras regiões que desejassem investir na região. A criação desta fundação fazia parte dos planos de um setor da sociedade que acreditava que a industrialização seria a redenção para a cidade, resolvendo todos os problemas sociais, e a Fundação seria o órgão que direcionaria esta etapa de desenvolvimento. Era tanto o entusiasmo de seus fundadores, que chegavam a comparar o objetivo da FUNDACT para Campina e até para a região, com o objetivo do Estado Soviético para aquele país, como mostra este artigo de Lopes de Andrade, escrito no dia em que o projeto chegava à Câmara de Vereadores:

---

<sup>42</sup> ANDRADE, José Lopes de. *O pioneirismo Campinense*. Jornal A Gazeta do Sertão, 22/01/1961.

"O objetivo da FUNDACT é beneficiar não só o município, mas o Estado e a região Nordeste. Aos pessimistas e menos avisados poderá parecer uma utopia criar em Campina Grande uma entidade desta natureza e função. Mas, podemos argumentar com os numerosos exemplos palpáveis da União Soviética em nossos dias. Os Russos conseguiram, mediante o prestígio à ciência e à técnica, obrar milagres em simples vilarejo da longínqua e selvática Sibéria. Um país de regime democraticamente como o Brasil pode alcançar resultados semelhantes. Apenas aqui estes resultados terão de ser esperados antes dos particulares do que do governo, ao contrário, portanto, do que acontece na Rússia".<sup>43</sup>

Durante o período em que esteve em funcionamento, a Fundação desenvolveu um papel de suma importância na orientação aos empresários do município, bem como servia de cartão de visita da cidade aos novos industriais que desejassem instalar suas fábricas no município e no Estado.

A FUNDACT, além destas atividades ligadas diretamente à indústria, ainda mantinha a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, onde se formava uma nova geração de intelectuais, e fundou a Escola Industrial de Campina Grande, com o objetivo de fornecer técnicos para a indústria em expansão.

Pode-se afirmar que a FUNDACT balizou toda a ação do prefeito Newton Rique, considerado o principal incentivador da industrialização campinense. Foi baseado nas ações da Fundação, que o prefeito criou a Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA), que acabou por assumir o papel da FUNDACT.

Como se pode observar, a partir da criação da CINGRA pela Lei Nº 88 de 24 de dezembro de 1963, o poder público municipal mostra-se disposto a traçar uma política de atração de novas

---

<sup>43</sup> ANDRADE, José Lopes de. *Campina Não Pode Parar*. Jornal A Gazeta do Sertão. 24/11/57.

indústrias e modernização das indústrias já existentes. É importante frisar que os criadores da FUNDACT acabam se tornando, posteriormente, os diretores da CINGRA.

Com a criação da CINGRA, começam a ser tomadas diversas medidas no sentido de dotar as indústrias já existentes de uma infra-estrutura que as modernizasse, bem como o poder público vai tentar de todas as formas possíveis e através de diversos mecanismos atrair para a cidade as indústrias do Sudeste, que começam a se instalar na região Nordeste, dentro da política de incentivos desenvolvida pela SUDENE.

A CINGRA na qualidade de administradora do FUMINGRA fincaria bases no seguinte tripé:

- a) Implantação de indústrias
- b) Financiamento a empresas
- c) Agenciamento de capital e "know-how"

Esperava-se que, a partir da entrada em ação da CINGRA, materializa-se um dos itens básicos da plataforma do prefeito Newton Rique:

"Dar a Campina Grande destacada posição como cidade industrial, realçando sua liderança e elevando-a às suas verdadeiras possibilidades de projetar-se no Estado, ajudada pela sua riqueza coletiva".<sup>44</sup>

Embora tenha durado menos de um ano, a administração de Newton Rique foi, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes para a industrialização do município, haja vista que durante a sua curta gestão foram criados os principais mecanismos de incentivos e criação de infra-estrutura para as indústrias já instaladas e as que viessem a se instalar na cidade.

---

<sup>44</sup> RIQUE, Newton. Op. cit., p.09.

Quando de sua cassação, a CINGRA, sob a direção de José Epaminondas Braga, já havia iniciado os contatos para a instalação de duas grandes fábricas na cidade: a CANDE e a WALLIG. Com a posse de Williams Arruda, ao contrário do que se previa inicialmente, são intensificados os programas de criação de infra-estrutura para instalação de indústrias.

O novo prefeito investe em telecomunicações e energia elétrica com a criação da companhia telefônica TELINGRA e da Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB). Estas companhias foram criadas e passaram a ser administradas pelo município. Foram feitos investimentos nas áreas sociais, principalmente educação, com a construção de alguns grupos escolares e conjuntos habitacionais. Nesta última área, o Prefeito criou uma companhia de habitação do município; a COHABCG, cuja organização foi considerada modelo no país à época. Em 1965, a Companhia recebeu a liberação para construir as primeiras 300 residenciais. Durante a administração de Williams Arruda foram construídas 1200 casas populares nos conjuntos Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano.

O prefeito Williams Arruda, também cria a Universidade Regional do Nordeste (URNE). Além de manter uma preocupação na questão das organizações comunitárias, durante sua administração, a prefeitura incentiva a criação das Sociedades de Amigos de Bairro: as SAB's.

Porém, o destaque no campo da criação de infra-estrutura para as indústrias é a criação do Distrito Industrial de Campina Grande, outro projeto iniciado durante a administração de Newton Rique e que teve continuidade com Williams Arruda. A instalação do Distrito Industrial foi de grande importância na atração de novas indústrias para o município.

### 2.3.1 - A Estratégia de Instalação de Distritos Industriais

Uma das principais vantagens oferecidas na região para que as empresas aqui se instalassem, estava na área de infraestrutura. E dentre as obras de infra-estrutura, como já foi colocado, destacava-se a construção de Distritos Industriais.

O Estado de Pernambuco cria em fins de 1950 o primeiro Distrito Industrial da região. Este distrito localizava-se no município do Cabo. No mesmo período, a Bahia cria o pólo petroquímico de Camaçari. No início dos anos 60, a idéia dos Distritos Industriais popularizou-se na região com a instalação de dois Distritos Industriais no Estado da Paraíba, um na cidade de Campina Grande e outro na capital, João Pessoa.

Também foram instalados Distritos Industriais na cidade de Fortaleza, no Ceará; no Estado de Alagoas, na cidade de Maceió; outro em Pernambuco, na cidade de Paulista, e o mais importante da Região Norte/Nordeste: o Centro Industrial de Aratu na Bahia.

Ainda em 1963, atendendo a pedido do então prefeito de Campina Grande, Newton Rique, o Governador do Estado, Pedro Gondim, através do Decreto Nº 3.491 de 31 de dezembro de 1963, estabelece a criação dos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande. De acordo com a medida, seriam aplicados pelo Governo de Estado, em obras de infra-estrutura, cerca de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, conforme entendimentos com o Fundo Agrícola e Industrial ( FAGRIN ) e a USAID.<sup>45</sup>

Em julho de 1964, o Fundo Agrícola e Industrial (FAGRIN), é substituído pela Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP), e é a CINEP que contrata a ASPLAN, uma empresa

---

<sup>45</sup> PARAÍBA/CINEP. *Os Distritos Industriais da Paraíba*. João Pessoa, 1965. p.03.

da cidade de São Paulo, para elaborar o estudo da implantação dos dois Distritos Industriais no Estado.

O objetivo inicial dos Distritos Industriais era fornecer toda a infra-estrutura para pequenas e médias empresas da região que iriam se beneficiar com os projetos aprovados pela SUDENE, como previa o documento de origem do órgão.

As características dos Distritos Industriais eram as seguintes:

a) Tamanho - O Distrito Industrial de João Pessoa media 288,2 ha, e o de Campina Grande 195,83 ha;

b) Traçado - Simples, com quadras alongadas e lotes com frente para as duas ruas;

c) Sistema Viário - Desenvolvem-se ao longo de rodovias federais e o Distrito de Campina Grande conta com desvio ferroviário. As avenidas medem de 30 a 75 metros de largura, as ruas principais 25 metros, as ruas secundárias de 18 a 20 metros e as ruas de serviço de 09 a 10 metros;

d) Energia Elétrica - Os Distritos são contíguos às linhas de alta tensão da CHESF. Com estações abaixadoras de tensão de 69.000 à 13.800 volts. A capacidade dessas estações é de 15.000 KVA para cada distrito.

e) Abastecimento de Água - No Distrito Industrial de João Pessoa há disponibilidade para 50 litros diários por metro quadrado e em Campina Grande 35 litros.

f) Serviço telefônico - O Distrito de João Pessoa dispõe de 150 e o de Campina Grande 100 linhas.

g) Número e Tamanho dos lotes - obedeciam a um determinado padrão como mostra o quadro nº 03;

### QUADRO Nº 03

#### NÚMERO E TAMANHO DOS LOTES

DISTRITO	TOTAL	30x60m	55x130m	90x275m
J. Pessoa	191	52	125	14
C. Grande	216	60	87	69

Fonte: Escritório de Assessoria e Representação do Gov. do Est. da Paraíba (EARGEPE).

Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FAGRIN).

Os lotes só poderiam ser utilizados para construção de conjuntos industriais, qualquer que fosse o ramo, desde que suas atividades não fossem perigosas, nocivas ou incômodas aos demais ocupantes do Distrito Industrial. Outra exigência da CINEP é que a área cobertas por construção, não deveria exceder a 2/3 (dois terços) da área do lote, bem como a área de construção inicial não deveria ser inferior a 1/4 (um quarto) da área do lote.<sup>46</sup>

Tanto as reservas quanto a compra dos lotes deveriam ser solicitadas a CINEP via formulários específicos. Os lotes poderiam ser reservados desde que os projetos tivessem sido aprovados pela SUDENE, governo Estadual ou Federal. Além dos lotes, a CINEP inicia um programa de construção de galpões multifabris, visando facilitar a sua ocupação.

Com a construção destes galpões, as indústrias que estivessem interessadas em se instalar no Estado já dispunham de instalações para compra ou aluguel. Com este programa, a CINEP conseguiu construir de 1973 até 1980, 21 galpões, sendo 11 em João Pessoa e 10 em Campina Grande. Destas 21 unidades construídas todas foram ocupadas.

---

<sup>46</sup> PARAÍBA/CINEP. Op. cit., p.06.

Como se pode observar, houve um grande investimento do governo do Estado da Paraíba no sentido de atrair indústrias para a região. E os Distritos Industriais eram considerados como uma grande atração, como mostra um panfleto lançado em 1966, destacando as nove vantagens oferecidas pelos Distritos Industriais dos maiores centros urbanos do Estado. As vantagens eram as seguintes:

- 1) áreas suficientes para construção de edifícios, pátios de manobras e descarga;
- 2) área adicional para ampliação futuras;
- 3) energia elétrica já rebaixada para as capacidades de seus motores;
- 4) água abundante;
- 5) transporte conveniente;
- 6) esgotos para remoção dos detritos;
- 7) telefones;
- 8) vizinhança adequada;
- 9) centro comunitário de serviços; correios e telégrafos, pronto-socorro e ambulatório, escolas de treinamento do pessoal, pavilhão para exposição, lojas, etc".<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Este panfleto lançado em 1966, foi distribuído amplamente com os empresários do Nordeste e do Centro Sul do país.



### 2.3.2 - Especificidades do Distrito Industrial de Campina Grande

A cidade, à época da instalação do Distrito Industrial, já contava com uma área de industrialização de 86 hectares, localizada na zona oeste da cidade, às margens do açude de Bodocongó. Nesta área estavam instaladas as indústrias de beneficiamento de couros e peles, fábricas de papel e fábrica de premoldados para construção civil, que utilizavam a água do açude. Esta área não poderia ser expandida devido a sua localização em área densamente povoada.

A outra área onde foi instalado o Distrito Industrial fica na zona Sul e mede 196 hectares, iniciando-se à margem direita da Av. João Wallig, tendo como acesso principal as Av. Assis Chateaubriand, asfaltada durante a administração de Williams Arruda, e a Rua Vigário Calixto.

Vários fatores foram considerados na escolha desta área para instalação do Distrito Industrial, tais como; a) Topografia b) Distância dos Grandes Centros Populacionais; c) Água; d) Transporte; e) Disponibilidade de Energia; f) Solo; g) Sistema Telefônico; h) Grau de Subdivisão das Glebas Existentes; i) Proximidade da Disponibilidade do Transporte Ferroviário e j) Eliminação dos Resíduos Industriais.

No Distrito Industrial de Campina Grande se colocava nos lotes o futuro crescimento ou a previsão do crescimento das indústrias instaladas ou em fase de instalação na cidade. Esta área inicial de 196 hectares, começou a ser ocupada ainda em 1964 com a instalação das oficinas do DNOCS e completou sua ocupação em 1977, quando já contava com 25 indústrias instaladas, além do DNOCS e do SESI.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Ver relação de empresas que requisitaram terreno no Distrito Industrial de Campina Grande até 1977 nos Anexos.

No ano de 1977 tem início a instalação do Distrito Industrial de Queimadas, dentro da perspectiva política de ampliação dos benefícios da indústria às cidades do interior. O Distrito Industrial de Queimadas seria uma extensão do Distrito Industrial de Campina Grande. Esta ampliação acabou por prejudicar a industrialização da cidade e, em 1983, logo após tomar posse, o novo prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, solicita a ampliação do Distrito Industrial de Campina Grande.

#### **2.4 - As Facilidades para a Industrialização: Os Recursos Naturais e os Diversos Níveis de Incentivos Fiscais e Financeiros**

Concluído que a industrialização era a única saída para as regiões periféricas, restava a cada Estado e cada município preparar-se para industrializar-se o máximo possível. Com isto, toda a região Nordeste, a partir de meados dos anos 50, começa a incentivar a instalação de indústrias, tentando aproveitar ao máximo os recursos naturais e as possibilidades para a implantação de empresas que aproveitassem estes recursos.

No Estado da Paraíba, os dois pólos de industrialização eram a capital do Estado, João Pessoa, e o município de Campina grande, que como vimos, desenvolvia-se a passos largos desde os anos 40. Estes dois pólos foram os que melhor se prepararam para esta nova política.

O Estado dispunha de diversos recursos naturais, possibilitando a implantação de empresas rentáveis em diversos setores, como por exemplo:

A indústria sisaleira. A Paraíba era, à época, a maior produtora de sisal no Brasil, sendo grande parte desta riqueza exportada como matéria-prima. Com o sisal podiam ser feitos entre outros produtos: cabos marítimos, cordoaria em geral, sacaria, pasta para forragem, (com o valor alimentício superior ao do milho), capim, feno, etc.

Apesar de a Paraíba ser o segundo produtor de algodão do Nordeste, com 74% de sua colheita constituído pelo afamado algodão "seridó" cujas fibras medem 36 à 38 mm, a indústria têxtil algodoeira ainda não contava com teares para o seu aproveitamento na fabricação de tecidos finos. Neste setor ainda podia-se produzir, tecelagem de fios finos, fabricação de artefatos de cordoaria, artigos de uso doméstico (roupas de cama e mesa), acabamentos de fios e tecidos em geral.

Para a indústria alimentícia, diversas frutas poderiam ser aproveitadas: o caju, o maracujá, a manga, com destaque para o abacaxi, cuja safra proporcionava mais de 50 milhões de frutos anuais. Ainda havia possibilidades de investimentos na pasteurização do leite, pesca industrial, etc.

No ramo material de construção, havia possibilidades para a produção de cal, cimento, refratários, blocos de concreto, louças sanitárias, etc. Além de outras indústrias, como ferramentas manuais agrícolas, arames, parafusos, porcas, pequenos motores, fertilizantes, inseticidas, mineração de xilita e columbita.

Quanto aos incentivos fiscais e financeiros que as indústrias poderiam usufruir estavam os incentivos federais, tais como:

O Art. 34 da Lei Nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, faculta às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional, efetuarem a dedução de 50% nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústrias consideradas pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

O Art. 18, da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste, considerados preferencialmente os das indústrias de base e de alimentação.

O Art. 19, da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, isenta de 50% do imposto de renda e do adicional sobre os lucros, as indústrias que utilizam matéria-prima local. O parágrafo 2º, desta Lei, deduz, para efeito de imposto de renda, as despesas atinentes a pesquisas minerais realizadas nas regiões Norte e Nordeste, por concessionários de pesquisas ou lavra e por empresas de mineração legalmente organizadas.

Através do Banco do Nordeste, as empresas também recebiam uma série de incentivos como: participação e financiamento. Aquela dava-se até o montante de 25%, nos investimentos feitos no Nordeste, sem prejuízos dos benefícios concedidos pelo Art. 34, da Lei 3.962 de 15 de dezembro de 1959. Já o financiamento era de até 50% do investimento total realizado na região nordestina, quando não utilizado o benefício da art. 34 supra citado.

Além dos incentivos federais, acima citados, o Estado da Paraíba ainda oferecia uma série de incentivos fiscais e financeiros para as empresas que optassem por se instalar no Estado. Entre os incentivos financeiros, estava a baixa remuneração da mão-de-obra. O salário mínimo pago nos dois mais importantes pólos de industrialização do Estado representava para as indústrias que aqui se instalassem uma

economia de mais de 30% em relação a região Sudeste, como mostra o quadro nº 04.

#### QUADRO Nº 04

##### SALÁRIO MÍNIMO DE FEVEREIRO DE 1963.

MUNICÍPIOS	VALOR EM CR\$	%
S. Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Niterói	Cr\$ 21.000,00	100%
João Pessoa e Campina Grande	Cr\$ 13.900,00	66,1%
Cabedelo, Rio Tinto e Santa Rita	Cr\$ 12.800,00	61,0%
Demais municípios do Estado da Paraíba	Cr\$ 11.500,00	54,7%

FONTE: FAGRIN. 1963.

Além da baixa remuneração da mão-de-obra em relação a outras cidades da região Sudeste, o governo do Estado isentava de todos os impostos estaduais as indústrias de vulto econômico que viessem a se instalar na Paraíba, nos termos da Lei nº 1.564, de 25 de outubro de 1956. Esta lei concede favores fiscais às indústrias que estavam instaladas no Estado, bem como às que viessem a se instalar. Tudo isto, baseado em alguns critérios, tais como: o volume de capital a ser investido e o tipo de indústria. O volume dos benefícios dependeria destes dois fatores, como segue.

Estes benefícios vão de 3 a 10 anos de isenção de impostos estaduais. Se a indústria não tivesse similar no Estado, utilizasse matéria prima local e investisse um valor igual ou superior a Cr\$ 10.000.0000,00, conseguiria o limite máximo de isenção. Havendo indústria similar, os mesmos benefícios só seriam concedidos se o valor investido fosse dobrado, e os prazos caíam pela metade se não utilizasse matéria-prima local.

Durante o Governo de Pedro Moreno Gondim, um entusiasta da industrialização, são criados dois importantes órgãos impulsionadores do desenvolvimento do Estado: o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FAGRIN), criado pela

Lei Nº 2.031 de 08 de abril de 1959. E o Banco de Fomento Agrícola S.A. (BANFOP), criado pela Lei nº 2.032 de 08 de abril de 1959.

O FAGRIN, foi criado com o seguinte objetivo: patrocinar a intervenção do Estado no processo produtivo em colaboração com pessoas físicas ou jurídicas de direito público, visando à realização de programas de desenvolvimento da economia agropecuária, extrativa e *industrial*<sup>49</sup> do Estado. O BANFOP, entretanto, tinha como objetivo realizar operações relativas ao custeio, incentivos e melhorias da lavoura e pecuária, *financiar a indústria*<sup>50</sup> e o comércio de produtos do Estado.

O governo estadual ainda concede a empresas em fase de instalação - através do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial -, colaboração financeira, a partir da participação de capital e projetos de investimentos ou incremento de capital de giro. Isto acontecerá quando este for julgado complemento indispensável da inversão fixa projetada, conforme o Art. 14, do Decreto Estadual Nº 2.881 de 06 de junho de 1962.

No início dos anos 60, o governo do Estado passa a investir em propaganda, como mostra este panfleto da época:

"VANTAGENS DA PARAÍBA

Centro da região. Posição geográfica privilegiada.  
Todos os caminhos levam à Paraíba.

Além do mais o Governo de Pedro Gondim oferece:

a) Elaboração de "perfis industriais" pelo Conselho Industrial de Desenvolvimento (CED), desde que haja solicitação por parte dos interessados;.

---

<sup>49</sup> Grifos do Autor.

<sup>50</sup> Idem.

b) Isenções Fiscais que variam de acordo com a importância do empreendimento para a economia paraibana;

c) Participação societária nas novas empresas sem ingerência nas suas administrações, realizadas através do FAGRIM, constituído de 7% da arrecadação anual do imposto de vendas e consignações;

d) Financiamentos concedidos pela Carteira do Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Estado da Paraíba (recém-criado);

e) Local apropriado para as indústrias com a criação dos Distritos Industriais".<sup>51</sup>

Completando os incentivos federais e estaduais, o município de Campina Grande oferece também alguns incentivos municipais às indústrias que optassem por investir na cidade, como segue:

Através da Lei Nº 47, de 08 de Agosto de 1958, era concedida a isenção de impostos municipais, pelo prazo de dez anos, às indústrias novas de produtos sem similares que viessem a se instalar no município. O que seria feito após o parecer da FIEP, certificando de que não havia indústria similar. Este benefício é estendido também às indústrias que haviam se instalado no município até 5 anos antes da vigência da Lei. O Decreto Nº 38, de 08 de Setembro de 1958, regulamentou esta Lei.<sup>52</sup>

O que se percebe é que a ação da SUDENE com relação aos incentivos fiscais e financeiros não significou nenhuma

---

<sup>51</sup> Panfleto lançado pelo Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de Campina Grande, distribuído com todos os depositantes do Banco do Nordeste do Brasil e com os empresários do Sul e Sudeste do país.

<sup>52</sup> FUNDACT. *Guia para Investimentos na Paraíba*. Campina Grande, 1963, p.02-05, (Mimeograf.).

novidade, pois já era prática, tanto do Estado da Paraíba, como do município de Campina Grande, conceder incentivos às indústrias que aqui se instalassem. O que ocorreu é que estes incentivos foram impulsionados pela ação do governo federal, após os anos 60. E, juntos, os incentivos das três esferas de poder eram um atrativo quase que irresistível para as novas indústrias.

## **2.5 - A Instalação de Novas Indústrias em Campina Grande**

Neste ponto, analisaremos as indústrias que se instalaram em Campina Grande, atraídas pela infra-estrutura criada pelo município com o objetivo de se tornar um pólo de atração para elas.

Até 1965, conforme levantamento feito pela SUDENE, Campina Grande se situou na quarta posição entre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com projetos de implantação ou ampliação de fábricas, superando todas as capitais de Estados e principais cidades da Região, exceto Recife, Salvador e Fortaleza.

De 1961 a 1965, foram aprovados pela SUDENE, para Campina Grande, 9 projetos, sendo 5 de implantação de novas indústrias e 4 de modernização das indústrias já existentes, como mostra o quadro nº 05.



QUADRO N° 05

**INDÚSTRIAS INCENTIVADAS PELA SUDENE - CAMPINA GRANDE (PB)  
1961-1965**

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
1961	CASA FRACALANZA	Cordas e Fios de Sisal	Implantação
1962	COTONIFÍCIO CAMPINENSE	Sacos de Algodão	Ampliação e Modernização
1963	FRACALANZA	Sacos de Algodão	Compra de Equipamentos
1964	CANDE	Tubos Plásticos Rígidos	Implantação
1965	CANDE	-	Complementação
	INCOPRESA	Elementos Vazados, Ladrilhos Hidráulicos, Morões de Concreto Armado, etc.	Implantação
	ILCASA	Leite Pasteurizado	Implantação
	SIBRAL	Sisal	Equipamentos (Modernização)
	WALLIG NORDESTE S.A.	Fogões a Gás Liquefeito	Implantação

FONTE: Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE - 1960 a 1970. Campina Grande Paraíba. SUDENE, Biblioteca Central. Recife - Pernambuco.

Entre estes projetos, dois merecem destaque: o projeto de implantação da Campina Grande Industrial Ltda. (CANDE), produtora de tubos plásticos. E, principalmente, o projeto de implantação da WALLIG NORDESTE S/A, empresa de grande porte, produtora de fogões a gás liquefeito.

Para se aferir a importância da Wallig, basta dizer que, tendo iniciado suas operações em 1967, inaugurada festivamente pelo então Presidente da República, General Costa e Silva, já em 1968, a empresa foi responsável por 12,22% do valor da produção industrial do Estado, ficando o item "fogões não elétricos" em 4º lugar, abaixo de tecidos de algodão, farinha de trigo e cimento Portland. O objetivo da Wallig era abastecer todo o mercado de fogões do Nordeste e Norte do país.

A instalação da Wallig deveria servir de exemplo para que outras indústrias de grande porte também se instalassem na cidade. Foi grande a euforia da população com a notícia da instalação desta fábrica, e isto serviu de incentivo para novos investimentos públicos visando à industrialização.

No ano de sua implantação, ou seja, em 1965, a prefeitura municipal de Campina Grande promoveu a primeira Feira da Indústria de Campina Grande. Desta feira realizada, no Clube do Trabalhador, participaram 52 indústrias, sendo 41 da sede, 2 de Bayeux; 2 de Recife, 1 de João Pessoa e 1 de S. Paulo. O objetivo desta feira, nas palavras do prefeito Williams Arruda, era:

"Dar a todo o Brasil uma amostra do que se fabrica aqui, promover nossos produtos industriais, incentivar as indústrias locais, e atrair novos investimentos para a cidade".<sup>53</sup>

Paralela à Feira, foi realizado o Fórum de Debates Assis Chateaubriand, que discutiu os investimentos e as possibilidades de crescimento da economia local e regional. Na oportunidade foram lançados vários prospectos da CINGRA, buscando uma maior divulgação das vantagens oferecidas pelo município.

A cidade desenvolvia-se a passos largos. Segundo dados do SESI, em 1965, a indústria campinense já empregava mais que o comércio, tendo aquela 16.425 pessoas empregadas, enquanto este empregava 14.733 pessoas. E os projetos para a industrialização na cidade continuavam sendo aprovados pela SUDENE.

---

<sup>53</sup> Discurso do Prefeito Williams Arruda, pronunciado na Cerimônia de Abertura da I Feira da Indústria de Campina Grande.

De 1961 a 1970, foram aprovados para Campina Grande 26 projetos industriais. Desses, 11 projetos foram de instalação de indústrias, 10 de ampliação e ou modernização e 5 de reformulação financeira, conforme mostra o quadro nº 06.

QUADRO Nº 06

INDÚSTRIAS INCENTIVADAS PELA SUDENE - CAMPINA GRANDE (PB)

1961 - 1970

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
1961	CASA FRACALANZA	Cordas e Fios de Sisal	Implantação
1962	COTONIFÍCIO CAMPINENSE	Sacos de Algodão	Ampliação e Modernização
1963	FRACALANZA	Sacos de Algodão	Compra de Equipamentos
1964	CANDE	Tubos Plásticos Rígidos	Implantação
1965	CANDE	-	Complementação
	INCOPRESA.	Elementos Vazados, Ladrilhos Hidráulicos, Morões de Concreto Armado, etc.	Implantação
	ILCASA	Leite Pasteurizado	Implantação
	SIBRAL	Sisal	Equipamentos (Modernização)
	WALLIG NORDESTE S.A.	Fogões a Gás Líquido	Implantação
1966	CANDE	-	Reformulação Financeira
	FIBRASA	Beneficiamento de Sisal	Equipamentos (Modernização)
	IPELSA	Celulose e Papel	Reformulação Financeira
	PREMOL	Artefatos de Concreto	Ampliação
	WALLIG NORDESTE S.A.	-	Reformulação Financeira
1967	BENTONIT UNIÃO NORDESTE S.A.	Beneficiamento de Argila/Bentonita (Minerais não Metálicos)	Implantação

	ARTEFATOS METALÚRGICOS MÜLLER NORDESTE S.A.	Utensílios Domésticos, Pias Metálicas, Painéis Arquitetônicos, etc.	Implantação
	FERTILIZANTES DE CAMPINA GRANDE S.A.	Industrialização de Lixo Urbano	Implantação
	BENTONIT UNIÃO NORDESTE S.A.	-	Ampliação
	WALLIG NORDESTE S.A.	-	Equipamentos (Complementação)
1968	ARBAME MALLORY DO NORDESTE S.A.	Artigos Elétricos e Componentes Eletrônicos	Implantação
	FRIGRANDE	Tecidos Comestíveis e Subprodutos de Bovinos e Suínos	Implantação
1969	BENTONIT UNIÃO NORDESTE S.A.	Beneficiamento de Argila/Bentonita (Minerais não Metálicos)	Aumento de Colaboração Financeira
	BESA	Placas Esponjosas de Borracha	Implantação
1970	ARTEFATOS MÜLLER NORDESTE S.A.	Utensílios Domésticos, Pias Metálicas, Painéis Arquitetônicos, etc.	Equipamento (Complementação)
	COTONIFÍCIO CAMPINENSE S.A.	Sacos de Algodão	Atualização Financeira
	ILCASA	Beneficiamento de Leite	Equipamentos Complementares

**FONTE:** Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE - 1960 a 1970. Campina Grande Paraiba. SUDENE, Biblioteca Central. Recife - Pernambuco.

Como se pode observar, as indústrias de minerais não metálicos tiveram 8 projetos aprovados; a indústria metalúrgica 6; a Têxtil 4; produtos alimentares 3, e papel/papelão, beneficiamento de lixo urbano, material elétrico, borracha e extrativismo vegetal, 1 projeto aprovado para cada indústria. Três empresas tiveram 3 projetos aprovados: minerais não metálicos, metalurgia (WALLIG) e plásticos (CANDE). Outras 5 tiveram 2 projetos aprovados: têxtil, minerais não metálicos metalurgia e produtos alimentares.

O período de maior aprovação de projetos para a cidade se deu exatamente entre 1965/67, quando tivemos 15 projetos aprovados, predominando neste período os minerais não metálicos e metalurgia.

De 1971 a 1980, o que se percebe é uma retração na aprovação de projetos para o município, já que neste período apenas 14 projetos foram aprovados, sendo 2 de reformulação financeira, 9 de ampliação e modernização, e apenas 3 projetos de implantação de novas indústrias, como mostra o quadro nº 07.

**QUADRO Nº 07**

**INDÚSTRIAS INCENTIVADAS PELA SUDENE - CAMPINA GRANDE (PB)**

1971 - 1980

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	PRODUTO	OBJETIVO DO PROJETO
1971	BENTONIT BOA VISTA (FILIAL)	Minerais não Metálicos e Argilas Bentoníticas	Modernização
	ARTEFATOS METALÚRGICOS MÜLLER NORDESTE S.A.	-	Colaboração Financeira
	WALLIG NORDESTE S.A.	Fogões a Gás Liqüefeito	Ampliação
1972	COTONIFÍCIO CAMPINENSE S.A.	Sacos de Algodão	Complementação Financeira
1973	CANDE	Tubos Plásticos Rígidos	Ampliação
1975	PROFUSA NORDESTE LTDA.	Óleos para Fundição, Resinas, Tintas e Cordão Tapa-Juntas	Implantação
	ILCASA	Beneficiamento de Leite	Ampliação
1976	IPELSA	Celulose e Papel	Ampliação
1977	MAQUINOR	Indústria Mecânica	Implantação
1978	ARBAME MALLORY DO NORDESTE S.A.	Artigos Elétricos e Componentes Eletrônicos	Ampliação
	MANOEL LIANO DA SILVA LTDA.	Indústria de Peles, Couros e Similares	Ampliação
1979	CANDE	-	Ampliação e Modernização

	MIMONOR	Utilidades Domésticas	Implantação
1980	BENTONIT UNIÃO NORDESTE S.A.	Beneficiamento de Argila/Bentonita.	Ampliação

**FONTE:** Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE - 1970 a 1980. Campina Grande Paraíba. SUDENE, Biblioteca Central. Recife - Pernambuco.

Em uma primeira análise dos números sobre a industrialização de Campina Grande, pode-se afirmar que a cidade foi muito beneficiada com a instalação de novas indústrias, bem como com a modernização das indústrias novas ou das já existentes antes da implantação da SUDENE.

Nos 20 anos, de 1960 a 1980, em que os incentivos à industrialização do Nordeste foram patrocinadas de forma intensiva pelo governo federal através da SUDENE e de seus mecanismos, Campina Grande teve 40 projetos aprovados, sendo 7 de reformulação financeira, 19 de ampliação e modernização das indústrias e, nada menos, que 14 novas instalações.

A pergunta que se coloca e que tentaremos responder no próximo capítulo é a seguinte: de que forma a cidade mudou, principalmente em termos sociais, com a chegada desta tão sonhada modernização advinda do processo de industrialização?.

### Capítulo 3

## IMPACTOS DA CRISE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VIA INCENTIVOS FISCAIS

Neste capítulo, analisaremos a questão dos impactos da industrialização em Campina Grande. Como vimos nos capítulos anteriores, a industrialização era colocada como a grande resolução dos problemas sociais enfrentados não só a nível do município de Campina Grande, como também no Estado, na região Nordeste e em todo o país.

Como mostramos nos capítulos anteriores, ocorreu a industrialização na região, e o município de Campina Grande beneficiou-se deste processo. Ocorre que a industrialização foi acompanhada de um fenômeno que lhe é inerente: a crescente urbanização da área industrializada. Na medida em que a indústria gera empregos e traz o tão sonhado progresso, torna-se também um ponto de atração para as populações que vivem à margem deste desenvolvimento. Este é, sem dúvida, um dos fatores de incentivo para o êxodo rural e o conseqüente aumento populacional na zona urbana.

O fato de as cidades crescerem geralmente mais do que a previsão de seus administradores já é um fator agravante do quadro social nos momentos em que a economia destas cidades está em alta. Agrava-se, sobremaneira, quando estas economias entram em crise ou sofrem uma estagnação.

A industrialização de Campina Grande, após o período de apogeu, entrou em um período de crise. Vamos mostrar, neste capítulo, como Campina Grande reagiu e vem reagindo a estes diferentes momentos de sua industrialização. Isto será feito, analisando os fatores que contribuíram para a crise; a extensão e as conseqüências dela.

### 3.1 - As Desproporções do Crescimento Urbano, Industrial e Comercial

A industrialização de Campina Grande, assim como em todas as cidades, veio acompanhada de um grande crescimento do setor urbano e conseqüentemente de uma diminuição do setor rural. Esta disparidade já começa a ser sentida no primeiro período de crescimento do setor industrial na cidade e continua durante todo o período em estudo, como mostra o quadro nº 08.

QUADRO Nº 08

#### CAMPINA GRANDE - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA - 1950/60/70/80/90

DISTRIBUIÇÃO POR ZONA	1940	1950	1960	1970	1980	1990
RURAL	95.501	91.874	81.171	27.929	19.649	18.839
<b>URBANA</b>	<b>33.818</b>	<b>81.332</b>	<b>126.274</b>	<b>168.045</b>	<b>228.171</b>	<b>307.468</b>
TOTAL	126.319	173.206	207.445	195.974	247.820	326.307

FONTE: IBGE.

Percebe-se que a cidade experimenta um elevado crescimento populacional entre 1940/1950. Este desenvolvimento foi ocasionado pelo aumento das atividades comerciais e o surto industrial do período. Outro fato que percebemos neste período é que, apesar de ter ocorrido um grande crescimento populacional, este crescimento concentrou-se na zona urbana. Porém, sem grandes baixas para a zona rural do município. O que mostra que este crescimento se deu pela atração de pessoas de outras áreas circunvizinhas para a cidade.



Entre 1950/60, o crescimento urbano continua em forte ascensão, só que desta feita acompanhado por uma diminuição mais acentuada da zona rural. Entretanto, temos que chamar a atenção, para a emancipação do município de Pocinhos-Puxinanã, que reduz a área rural do município de Campina Grande em 7%, o que significa 1.789 Km<sup>2</sup>.

A mesma taxa de crescimento não se registrou na década seguinte, 1960/1970, embora tenha ocorrido um crescimento no parque fabril, com uma dinâmica diferente devido aos incentivos fiscais e financeiros dos governos federal, estadual e municipal. Alguns elementos contribuíram para a diminuição da taxa de crescimento, com destaque para a emancipação de diversos distritos. Entre 1960/1970, ocorre a emancipação dos municípios de Queimadas, Lagoa Seca, Massaranduba e Fagundes, reduzindo a área de C. Grande em 46%, o que significa agora uma área de 970 km<sup>2</sup>.

Durante a década seguinte, 1970/80, o crescimento populacional continua mantendo uma forte ascensão na zona urbana e um decréscimo na zona rural, com taxas quase a nível dos anos 50. E na última década, 1980/90, percebe-se uma certa estabilidade na zona rural, que sofreu um decréscimo pequeno e uma ascensão na zona urbana, maior que nas décadas anteriores. O que mostra que a cidade, mesmo em período de crise econômica, continua sendo um pólo atrativo para a população das regiões circunvizinhas.

Paralelo a este crescimento populacional, ocorre um decréscimo cada vez maior nos números relativos à população economicamente ativa, como mostra o quadro nº 09.

QUADRO Nº 09

**CAMPINA GRANDE - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
1950/60/70/80/92**

SETORES DE ATIVIDADES	1950	1960	1970	1980	1992*
PRIMÁRIO	67.266	56.898	17.668	8.077	**
SECUNDÁRIO	2.163	3.004	4.573	8.821	11.172
TERCIÁRIO	2.497	3.603	4.466	3.940	**
TOTAL	71.926	63.505	26.707	20.838	----- --

**FONTE:** IBGE - Censos Agropecuário, Comercial e Industrial do Estado da Paraíba. 1950-1960-1970-1980.

\* Para os anos de 1990, só pudemos contar com os dados do Cadastro Industrial da FIEP.

\*\* Os dados sobre estes setores ainda não estavam computados pelo IBGE, até o encerramento de nossa pesquisa.

Mesmo levando em consideração que houve um decréscimo muito grande nas atividades do setor primário, devido à questão das emancipações, o que diminuiu sensivelmente a área do município, de 2.510 km<sup>2</sup>, em 1940, para apenas 970 km<sup>2</sup>, atualmente. Entretanto, um fato não pode ser negado: durante as últimas décadas apesar da população rural diminuir, o mesmo não ocorreu com a população urbana já que, esta população, nestes 50 anos, deu um salto significativo de 81.332 para 307.468 habitantes.

Este crescimento populacional não foi acompanhado pelo crescimento proporcional do número de empregos, em nenhum dos três setores. Apesar de ter havido um crescimento no setor secundário, em todas as décadas, houve um decréscimo no setor terciário, na década de 70, fruto da queda de preços do algodão e do sisal no mercado internacional. E, o crescimento do setor secundário, como vimos, parece insuficiente para absorver o crescimento da população, como mostraram os quadros acima.

Estes fatores já seriam suficientes para detectarmos que a economia do município atravessa uma crise, e que o tão sonhado desenvolvimento industrial não foi suficiente para resolver

problemas como o do desemprego. Ao contrário, tornando-se pólo de desenvolvimento através da industrialização, a cidade torna-se também pólo de atração de levas de pessoas da zona rural, que sonham com uma oportunidade de emprego na cidade.

Falamos em crise, levando em consideração o setor primário e o setor terciário da economia do município, torna-se irrelevante para nós, pois os números já demonstraram a sua existência no quadro anterior. O que queremos entender é a tão propagada crise da industrialização do município, quando os números mostram que este setor cresceu e continuou crescendo em todas as décadas em estudo.

### ***3.2 - Perda de Importância de Campina Grande no Contexto Estadual***

Ao fazermos uma análise superficial dos números apresentados, poderíamos chegar à conclusão de que, apesar de ter havido um certo decréscimo no setor terciário na década de 70, este problema poderia ter sido superado pelo crescimento do setor secundário que continuou em ascensão durante todo o período estudado. Este crescimento se reflete inclusive no crescimento do número de estabelecimentos, como mostra o quadro a seguir.

## QUADRO N° 10

### CAMPINA GRANDE - DIFERENÇA DE CRESCIMENTO EM NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS - 1960-1970-1980-1990

SETORES DE ATIVIDADES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	1960	1970	1980	1992*
AGRÍCOLA	12.021	4.922	2.934	**
COMERCIAL	1.553	1.676	2.567	**
<b>INDUSTRIAL</b>	<b>212</b>	<b>294</b>	<b>444</b>	<b>939</b>

**FONTE:** IBGE - Censos Agropecuário, Comercial e Industrial do Estado da Paraíba. 1960-1970-1980.

\* Para os anos de 1990, só pudemos contar com os dados do Cadastro Industrial da FIEP.

\*\* Os dados sobre estes setores ainda não estavam computados pelo IBGE, até o encerramento de nossa pesquisa.

Como se pode perceber à primeira vista, este quadro parece apresentar dados mais positivos sobre a economia do município, pois até a queda do número de empregos no setor terciário, que aparecia no quadro anterior referindo-se à década de setenta, neste último quadro é "disfarçado" por um aumento do número de estabelecimentos no setor.

O que precisamos compreender é que o aumento do número de estabelecimentos, por si só, não representa um maior número de empregos, ou que a economia não esteja em crise, e isto serve para todos os setores da economia. Diversos fatores precisam ser analisados antes de se fazer qualquer afirmativa.

O primeiro passo neste sentido será analisarmos os setores que mais se desenvolveram no período. Ao compararmos os números de indústrias e suas atividades entre 1974 e 1992, percebemos que os setores da indústria que mais cresceram no município, foram os seguintes:

O setor de construção civil, que passou de 24 empresas em 1974 para 74 empresas em 1992; o setor de editorial e gráfica que passou de 14 para 44 estabelecimentos; o setor de

metalurgia, que passou de 28 para 92 estabelecimentos; o setor de mobiliário, que contava com 21 estabelecimentos e passou para 52; o setor de produtos alimentares, de 77 estabelecimentos passou para 153; o setor de materiais plásticos, que não tinha nenhuma indústria em 1974, em 1992 contava com 18 estabelecimentos; o setor de minerais não metálicos, que também não contava com nenhum estabelecimento em 1974, em 1992 contava com 53 estabelecimentos; o setor de serviços de reparação e conservação se encontra na mesma situação dos dois anteriores em 1974, passando a contar em 1992 com 122 estabelecimentos; e - finalmente - o setor de vestuário e artefatos de tecidos para viagens, que em 1974 contava com 25 estabelecimentos, em 1992 chegou a 153.<sup>54</sup>

O problema para o município de Campina Grande, é que estes setores em ascensão são composto por indústrias que absorvem pouca mão-de-obra, como segue:

Indústrias com mais de 5 operários: construção civil: 29 estabelecimentos; editorial e gráfica: 13 estabelecimentos; metalurgia: 5; mobiliário: 26; produtos alimentares: 37; materiais plásticos: 08; minerais não metálicos: 18; serviços de reparação e conservação: 18; e vestuário e artefatos de tecidos para viagens apenas 33 estabelecimentos.<sup>55</sup>

Em 1992, Campina Grande contava com 939 indústrias, como mostra o quadro nº 11. Destas, 257 com mais de 05 operários; 36 indústrias com mais de 50 operários; 21 com mais de 100 operários; e apenas 01 com mais de 1000 operários.<sup>56</sup>

A capital, João Pessoa, apesar de contar com um número menor de indústria que Campina Grande, as indústrias ali

---

<sup>54</sup> FIEP. Cadastro Industrial do Estado da Paraíba. Anos 1974 e 1992. ver Anexos.

<sup>55</sup> Idem, Ibidem.

<sup>56</sup> Idem, Ibidem.

instaladas, são de maior porte. A cidade de João Pessoa, em 1992, contava com 863 indústrias; destas, 58 com mais de 50 operários; 30 com mais de 100 e 4 com mais de 1000 operários. Isto sem contar com os municípios que formam a grande João Pessoa, como Santa Rita, que contava com 111 indústrias, sendo 15 com mais de 50 operários; 11 com mais de 100 e 1 com mais de 1000 operários. E Bayeux que de suas 89 indústrias, 5 tem mais de 50 e 3 com mais 100 operários, como mostra o quadro número 11.

### QUADRO Nº 11

#### PORTE DAS INDUSTRIAS NOS DOIS PÓLOS INDUSTRIAIS DO ESTADO

LOCALIZAÇÃO	INDUSTRIAS COM + 50 OPERÁRIOS	INDÚSTRIAS COM + 100 OPERÁRIOS	INDÚSTRIAS COM + 1000 OPERÁRIOS
Campina Grande	36	21	01
João Pessoa	58	30	04
Bayeux e S. Rita	20	14	01
<b>Total na Grande</b>	<b>78</b>	<b>44</b>	<b>05</b>
<b>João Pessoa</b>			

FONTE: FIEP - Cadastro Industrial do Estado da Paraíba. 1992.

Como podemos observar, a industrialização do município de João Pessoa, acabou por superar a industrialização de Campina Grande. O que mostra que esta última atravessa uma crise.

Para entendermos melhor o porque da crise na industrialização de Campina Grande - que até o início dos anos 60 era muito mais dinâmica que a industrialização da capital -, e segundo, os números acima apresentados acabou sendo superada pela capital. Vamos analisar a origem desta crise.

Entre os diversos fatores que contribuíram para que a industrialização de Campina Grande entrasse em crise, dois são considerados aqui como essenciais. O primeiro é a quantidade de projetos aprovados pela SUDENE, para o município, que fica

aquém das expectativas; o segundo, bastante relacionado com o primeiro, é a mudança na política tributária adotada pelo regime militar após 1965, que passa a adotar uma política centralizadora privilegiando as capitais em detrimento das cidades de porte médio como Campina Grande.

Em 1965, a questão do número de projetos aprovados pela SUDENE para o município já estava se tornando uma preocupação para os entusiastas da industrialização, como mostra este artigo de Lopes de Andrade sobre as conclusões do Fórum de Debates Assis Chateaubriand.

"Se Campina Grande deseja participar com eficácia, do "rush" de industrialização do novo Nordeste, que cresce mais do que o Brasil como um todo e até mais do que São Paulo, seus líderes nos diversos setores econômicos terão de adotar nova política de estoques e absorver muito mais recursos dos Arts. 18 e 34, etc., do que o têm feito até agora - esta a conclusão geral a extrair-se da terceira e quarta reunião deste conclave.

Expandir seus negócios a um ritmo mais acelerado - igual pelo menos ao ritmo dos negócios em Recife, Salvador e Fortaleza - eis a única salvação que ainda resta a esta cidade da região nordestina".<sup>57</sup>

Embora, como vimos no capítulo sobre a instalação das indústrias, o número de projetos aprovados pela SUDENE no período 1960/70, tenha sido significativo; ao compararmos com o número total de indústrias que se instalaram no município no mesmo período, percebemos que os projetos da SUDENE foram importantes. Principalmente por terem possibilitado a instalação de grandes fábricas como a Cande e a Wallig, mas que não significaram a única fonte de crescimento da indústria local.

---

<sup>57</sup> ANDRADE, José Lopes de. *Conclusão do Fórum Assis Chateaubriand*. Jornal A Gazeta do Sertão, 15/10/1965, p.03.

Entre 1960 e 1970, houve um aumento considerável no número de estabelecimentos industriais em Campina Grande. No entanto, apenas 11 destes estabelecimentos foram financiados com projetos da SUDENE, representando 13,4% das indústrias surgidas no período. É importante frisar que a maioria destas novas indústrias recebeu incentivos municipais, e que foi exatamente a fonte destes incentivos municipais que sofreu um abalo do governo federal após 1965.

O novo sistema tributário adotado a partir de 1965 concentrou os recursos públicos nas mãos da União, deixando pouca mobilidade aos municípios no tocante aos investimentos próprios. No caso de Campina Grande, a receita mal era suficiente para cobertura dos gastos com o funcionalismo e a manutenção dos serviços públicos existentes.

Dois dados espelham, com propriedade, a situação: a) Já no primeiro ano de vigência da reforma (1967), a arrecadação municipal caía de forma assustadora e a lenta recuperação nos seis anos seguintes, de modo algum, compensou a perda de receita nesse período. Observa-se, por exemplo, que somente seis anos após a vigência da Reforma Tributária (1972), a receita própria do município atingiu o mesmo nível de arrecadação de 1966, a valores constantes e; b) A capacidade de investimento da municipalidade, que antes da reforma era de 34% (trinta e quatro por cento) da receita total (excluídos empréstimos e convênios), caiu, após a reforma, para 16% (dezesesseis por cento) aproximadamente.<sup>58</sup>

Com esta reforma, as finanças municipais perderam sua principal fonte de renda: o imposto da indústria e profissão. Passaram a receber, como compensação, uma irrisória participação no recém-criado Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Em contrapartida às capitais foi dada uma

---

<sup>58</sup> Anuário de Campina Grande, 1980. p.02.



parcela maior no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de serem destinados para elas vultosos investimentos em infra-estrutura urbana e administrativa.

Destas mudanças nasceu o descompasso entre os municípios do interior e as capitais. Entre 1967/68, João Pessoa dispara e Campina Grande vai sendo colocada em segundo plano, apesar de contar com uma qualificada equipe técnica compondo a Companhia de Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA) e de possuir um Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), este plano era um pré-requisito do governo federal para liberar verbas para as cidades de porte médio e primar sempre pela apresentação de excelentes projetos sócio-econômicos às autoridades federais.<sup>59</sup> Estes fatores são o ponto de partida para a crise da economia campinense como um todo e da indústria em particular.

### **3.3 - Extensão da Crise na Indústria Campinense**

Apesar do município ter perdido sua fonte de incentivos à novas indústrias, o discurso da crise da industrialização ainda não se fazia presente no final dos anos 60 e início dos anos 70. Até porque, durante os anos 60, muitas indústrias se instalaram na cidade. O discurso da crise vai ter início a partir da segunda metade da década de 70, quando uma notícia abala a cidade: o fechamento da Wallig Nordeste, maior indústria do município.

Se a abertura da Wallig, é o marco da segunda fase da industrialização campinense, caracterizada pelos incentivos federais via SUDENE, seu fechamento definitivo, em 1979, pode

---

<sup>59</sup> CRUZ, Evaldo. *Desaceleração do Desenvolvimento Campinense*. Anuário Campina Grande, 1981, p.04.

ser tomado como o fato mais marcante da crise que passou a assolar Campina Grande. Nossa mais importante indústria chegou a oferecer 1.500 empregos diretos e produzir 22.500 fogões por mês.<sup>60</sup>

Após o fechamento da Wallig, outras empresas importantes, como a Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba (COOPERSISAL), criada em 1974, e que administrava 1 indústria de corda, 2 usinas de beneficiamento de leite, instalações para beneficiamento de sisal e algodão, 1 rede de supermercados e 1 frota de veículos pesados, incluindo tratores, também fecha no início dos anos 80, mais precisamente em 1982.

Na esteira destes fechamentos ainda entram outras grandes empresas, como a Sanbra, Susy, Bravisa, Sanca, Mimonor, Sibril, Fracalanza, Incopresa, Fibrasa etc. Outras empresas diminuíram seu ritmo de atividades e, portanto, passaram a oferecer menos empregos. Tudo isso sem falar nos inúmeros casos de pequenas e médias empresas - nem por isso menos importantes -, que silenciosamente deixaram de operar.<sup>61</sup>

Entre os fatores que contribuíram para extensão da crise, alguns são de ordem municipal, outros de ordem estadual e outros federal, embora todos estejam interligados, como veremos.

Começaremos analisando os fatores de ordem mais geral, ou seja, os aspectos da política federal que contribuíram para a crise. Como vimos, a mudança adotada pelo governo federal, a partir de 1965, deu início a uma política de centralização. que iria se consolidar nos anos seguintes. Enquanto as capitais se desenvolviam os municípios - sem recursos e sem capacidade de investimentos -, mergulhavam cada vez mais numa profunda crise econômica.

---

<sup>60</sup> Anuário Campina Grande, 1980. p. 03.

<sup>61</sup> ROCHA, José Bolivar Vieira da. *Campina, Radiografia de Uma Crise*. Anuário Campina Grande, 1982. p06.

No caso de Campina Grande, esta situação era agravada pelo fato de as indústrias incentivadas pela SUDENE, na sua maioria, apenas transformarem matérias-primas de outras regiões, sobretudo do Centro-Sul do país. E a demanda dos produtos das empresas acima citadas situar-se, praticamente fora do Nordeste. Na verdade, estas empresas se localizaram aqui apenas para aproveitar a mão-de-obra barata e, principalmente, os incentivos fiscais e financeiros.

Só na segunda metade da década de 70 é que o governo federal, através da Secretaria de Planejamento SEPLAN, antiga (MINIPLAM), coloca em funcionamento um programa denominado de "Programa das Cidades de Porte Médio", com objetivo de amenizar os problemas por que passavam estas cidades e também devido ao enorme fluxo migratório do interior para as capitais.

Este programa mostrou-se inoperante, na medida em que não atacava os problemas sociais. Ao contrário, incentivava uma convivência pacífica com eles, como é o caso dos programas de incentivo e organização do mercado informal, adotado em Campina Grande, na gestão de Enivaldo Ribeiro.

A nível estadual, alguns fatores também contribuíam para o aprofundamento da crise do município de Campina Grande. Como vimos no início do nosso trabalho, Campina Grande, cresceu e tornou-se importante graças a seu desenvolvido comércio com as regiões circunvizinhas, principalmente com o Sertão do Estado.

Com o desenvolvimento regional cada vez mais se desconcentrando, criaram-se novas fronteiras, reduzindo a importância de alguns municípios que, a exemplo de Campina Grande, isolavam-se antigamente em cómodas posições de liderança econômica. O sertão não possui mais apenas uma porta,

mas várias portas pelas quais transaciona sua produção ou adquire os bens necessários ao seu próprio desenvolvimento.<sup>62</sup>

Além destes fatores de ordem mais geral, temos também alguns problemas gerados no próprio município. Como analisa, Lopes de Andrade:

"Nós tínhamos uma capacidade empresarial para o comércio e não para a indústria. Muitos comerciantes viram na indústria uma solução, mas a mentalidade entre comércio e indústria é diferente. O comércio quer comprar hoje e vender amanhã, tendo logo o seu lucro. O industrial tem de passar períodos de amadurecimento do seu investimento, aguardando o retorno do capital investido. Esse tipo de homem, de empresário industrial, não era bastante abundante em Campina."<sup>63</sup>

Baseado nestes dados, podemos afirmar que, mesmo crescendo década a década o número de estabelecimentos industriais em Campina Grande, este setor da economia, assim como os demais setores, também se encontra em crise.

### **3.4 - Impactos da Crise na Industrialização de Campina Grande**

Com o fechamento das grandes indústrias, que empregavam muitas pessoas e também eram as que remuneravam melhor esta mão-de-obra, restaram aos trabalhadores duas alternativas: o

---

<sup>62</sup> CRUZ, Evaldo. Op. cit., p.04.

<sup>63</sup> PEREIRA, Ana Maria G. dos Santos. OCTÁVIO, José. (Comp.). *Lopes de Andrade: Uma Militância na Imprensa*. CNPq - Bolsa de Mercadorias. João Pessoa, 1984. p.12.

desemprego puro e simples ou a tentativa de sobreviver no mercado informal.

Daí o grande crescimento do setor de construção civil, vestuário e artefatos de tecidos para viagens, produtos alimentares, mobiliário, serviços de reparação e conservação, etc. Estes setores, em geral, não estabelecem vínculos empregatícios e, principalmente, os dois setores que mais cresceram nos últimos 20 anos, ou seja, vestuário e tecidos para viagens, que incluem bolsas, sacolas, cintos etc., e o setor de serviços de reparação e conservação, na sua grande maioria, são apenas pequenas fábricas conhecidas como fábricas ou oficinas de fundo de quintal.

Estas fabriquetas operam em uma faixa de mercado muito restrito, raramente alcançam outra região que não a região Nordeste e, em sua maioria, restringe-se ao município de Campina Grande e às cidades circunvizinhas. O que nos mostra que o aumento no número de estabelecimentos não significa necessariamente um crescimento econômico.

Para confirmar esta afirmativa, basta verificar o quadro de consumo de energia elétrica no setor industrial. Ao analisarmos os números ali expostos, percebemos que não houve um crescimento significativo no setor. O que ocorre são oscilações no consumo, de acordo com os planos econômicos do governo, ou seja, temos períodos de alta seguidos de períodos de baixa de consumo e um crescimento pequeno na média geral. Como mostra o quadro número 12.

## QUARDO Nº 12

### ENERGIA ELÉTRICA

CONSUMO KWH POR CLASSE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE PERÍODO  
1976/1994

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	RURAL	PODERES PÚBLICOS	TOTAL
1976	19.703.766	10.766.274	50.843.903	402.997	10.316.117	92.033.057
1977	21.844.758	11.126.145	46.622.437	531.463	14.102.900	94.227.703
1978	25.166.053	12.360.462	49.655.500	741.958	15.540.441	103.464.414
1979	27.923.449	13.362.562	45.997.213	923.889	16.749.958	104.957.071
1980	31.569.875	15.644.032	47.214.506	1.012.790	17.500.773	112.941.976
1981	33.706.112	15.637.748	41.756.868	1.084.466	16.329.592	108.514.786
1982	37.603.458	16.409.833	42.939.692	1.126.215	16.212.297	114.291.495
1983	40.925.174	17.693.384	38.535.718	1.320.506	18.071.372	116.546.154
1984	43.475.056	18.314.560	44.267.893	1.396.668	17.104.695	124.558.972
1985	46.594.268	19.775.827	60.972.320	1.594.851	19.080.075	148.017.341
1986	50.712.952	21.142.575	66.471.431	1.897.463	18.102.243	158.326.664
1987	48.507.124	20.156.544	54.343.651	1.954.778	17.142.197	142.104.294
1988	55.335.635	22.704.534	54.952.011	1.775.769	20.988.084	155.756.033
1989	62.165.898	24.663.383	57.400.279	909.903	24.230.004	169.369.467
1990	71.277.111	27.353.109	56.613.825	1.833.341	24.635.358	181.712.744
1991	74.769.183	29.780.028	61.663.769	2.955.922	25.262.897	194.431.799
1992	79.262.219	31.360.195	61.436.302	3.131.978	28.703.017	203.893.711
1993	77.093.214	32.662.572	67.656.004	3.620.764	30.596.578	211.629.132
1994	79.303.992	34.710.015	70.856.865	3.732.376	31.611.907	220.215.155

FONTE : Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB). 1995.

Um setor que cresceu neste período de crise foi o comércio ambulante, que em sua maioria comercializa os produtos destas fabriquetas, segundo o vice presidente do Sindicato de Vendedores Ambulantes e Pracistas de Campina Grande (SIVEPA), Márcio Porto.<sup>64</sup>

O período de crescimento deste setor foi o final da década de 70 e início dos anos 80, coincidindo com o período de crise e falta de perspectiva para os trabalhadores na indústria, como também em outros setores da economia. Devido às pressões das autoridades, este setor sofreu uma estagnação no final dos anos

<sup>64</sup> Entrevista concedida pelo vice presidente do SIVEPA ao Autor.

80 e só volta a crescer a partir de 1992/93, com o crescimento do comércio de produtos importados.

No final de 1995, a cidade contava com 2.500 vendedores ambulantes e 500 vendedores praticistas filiados ao SIVEPA. É preciso ainda diferenciar estes vendedores, das duas outras categorias de ambulantes existentes: o feirantes, que tem seu próprio sindicato e o camelô que, segundo Márcio Porto, são os vendedores que não tem nenhuma licença para comercializar e também não são filiados a nenhum sindicato.

Um outro dado interessante para o nosso trabalho, também fornecido pelo representante do SIVEPA, é que, em primeiro lugar, a grande maioria dos vendedores ambulantes e praticistas é oriunda do comércio ou da zona rural de Campina Grande e municípios vizinhos. Em segundo lugar, as pessoas que perdem seu emprego na indústria, na sua maioria, montam as pequenas fábricas de fundo de quintal ou trabalham para algum proprietário destas fábricas. Raramente integram-se diretamente no comércio ambulante. Na verdade, eles entram no mercado informal, só que por outra porta.

É preciso que se diga que o setor informal não absorve, de forma nenhuma, toda a mão-de-obra ociosa, e que, como a população do município continua crescendo, os problemas sociais vão se avolumando. O problema do desemprego e todas as mazelas dele decorrente, tais como os problemas de saúde, de moradia, educação, de marginalidade, etc., crescem a cada dia na cidade.

O que se conclui, é que todo o desenvolvimento alcançado pelo município no período do auge da industrialização não foi suficiente para solucionar os problemas que já eram sentidos no início do processo. Ao contrário, os problemas sociais estão cada vez mais presentes, exigindo soluções urgentes por parte das autoridades, que pouco têm feito no sentido de resolvê-los.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agravando este quadro do município de Campina Grande, a partir do início dos anos 80 a situação difícil que atravessa o país, com a segunda crise do petróleo, faz com que o governo federal diminua cada vez mais as verbas para os Estados. Desta forma, a crise do município para a qual inicialmente, tinha-se a esperança de que fosse debelada via ação governamental, tende a aumentar com a impossibilidade desta ajuda.

Paralelo a este quadro de crise no município, como já foi colocado, ocorre também a crise no Estado, enquanto instituição. Esta crise não é apenas do Estado da Paraíba, mas da maioria dos Estados do país e torna-se mais grave na mesma proporção do poder de força de cada Estado, seja este poder econômico ou político.

Até 1980, o Estado ainda dispunha de verbas para efetuar alguns investimentos na economia. Embora de forma centralizada, obedecendo à política determinada pelos militares, estes investimentos foram feitos. O Estado centralizou as atividades de forma que os municípios passaram a depender totalmente de suas próprias ações nos diversos setores da economia.

Foram criadas as grandes empresas estatais, como a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba CINEP. Esta companhia deveria direcionar todos os investimentos relacionados à industrialização do Estado. Logicamente obedecendo a política centralizadora dos militares.

Assim como a CINEP, foram criadas a CIDAGRO, SAELPA, CAGEPA, EMATER, etc. Esta política prejudicou o município de Campina Grande em vários aspectos.



Com a criação da CINEP, houve o esvaziamento da Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA), que ficou impossibilitada de desenvolver qualquer ação no campo da industrialização do município, sob pena do município sofrer uma intervenção, na medida em que estava se insurgindo contra uma política global.

A mesma coisa ocorreu com a criação da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), que absorveu a SANESA, uma empresa mista de água e esgotos que havia sido exemplo no país e na América Latina. A TELPA deu o mesmo destino a Telingra.

Desta forma, o Estado foi assumindo atribuições em campos que muitas vezes poderiam ser muito bem administrados pelo município, como mostra o exemplo da Companhia de Eletricidade da Borborema, uma empresa municipal que resistiu a esta política de centralização e hoje é um exemplo de eficiência.

E o fator agravante nesta política é que, a partir dos anos 80, o governo federal começou a retirar os vários recursos de transferência para o Estado, tais como o Fundo Especial e o Fundo Rodoviário, assim como reduziu os empréstimos e realizou cortes nos vários programas, via convênio, a exemplo do "Projeto Sertanejo, Cidades de Porte Médio" e outros.

Com a retirada dos recursos de transferência, o Estado teve de arcar com o ônus de manter toda a estrutura operacional de programas não mais existentes, o que ocasionou diversos problemas, entre eles o excesso de funcionários e o déficit público.<sup>65</sup>

Segundo dados apresentados no Fórum de Debates dos Problemas do Estado, realizado em 1990, a dívida total da Paraíba alcançou 100,3 bilhões de cruzeiros. Destes, 16,3 bilhões se referem à dívida externa. E da arrecadação do

---

<sup>65</sup> PARAÍBA. *Diretrizes Básicas para uma Estratégia de Desenvolvimento da Paraíba*. Fórum Paraíba em Debate. 1990.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 40% são retidos para pagamento da dívida.

As finanças públicas no Estado, são desta forma, desperdiçadas. Esta política vem sendo questionada por diversos intelectuais e políticos como mostra, o economista Jurandir Xavier:

"Ademais, sob a perspectiva da retomada de seu desenvolvimento econômico, a Paraíba, sua administração pública, não se pode permitir ao luxo de continuar deixando as finanças públicas virem a ser ainda mais dilapidadas improdutivamente, nem de continuar prescindindo de gastos estatal-produtivos, investimentos diretos, financiamentos e encomendas produtivas, na sua própria economia, nem de continuar deixando os serviços públicos essenciais virem a ser ainda mais sucateados".<sup>66</sup>

E nos últimos anos, este quadro vem se agravando, o que torna qualquer investimento por parte do Estado, seja no campo puramente econômico como incentivo a novas indústrias, seja no campo social com medidas para diminuir o desemprego ou o problema de moradia, torna-se cada vez mais difícil.

Percebe-se claramente que esta crise, que a princípio nos parecia uma problema local, ou seja, um problema do município, tem contornos bem mais amplos, a nível de Estado, ou seja, a política de industrialização com financiamento do Estado e do município torna-se cada dia mais difícil e os problemas, que se esperava que fossem resolvidos através desta política, tendem a se agravar.

Completando nossas considerações, vamos ver o que o processo de industrialização mudou a nível mais geral, fazendo

---

<sup>66</sup> XAVIER, Jurandir Antônio. *A Contemporaneidade da Questão Regional*. Campina Grande, Ed. Universitária/UFPB. 1992. p.205.

uma rápida avaliação da industrialização pós-intervenção da SUDENE, na região Nordeste.

Durante os últimos 35 anos (1960/95), o Nordeste se transformou, e hoje pode ser considerada como uma das regiões com certa industrialização no país. Porém, o principal problema da região - que é a dependência com relação à região Sudeste -, e os problemas decorrentes desta dependência, não foram resolvidos. Esta posição é defendida por alguns estudiosos da região já há algum tempo, como mostra Francisco de Oliveira, neste escrito de 1977:

"É inegável que a economia do Nordeste está amplamente integrada à economia nacional, pois dos 16 sub-setores que resumem a estrutura industrial do país 11 estão se reproduzindo na estrutura industrial do Nordeste, e é lógico pensar que não o estão fazendo para concorrerem com suas matrizes na região Sudeste ou em outras regiões do Brasil. Perde, portanto, qualquer sentido continuar a falar de "economias regionais".<sup>67</sup>

Como podemos observar, a industrialização da região de forma alguma resolveu seus problema. Ao contrário, em alguns setores da economia a situação agravou-se. Resta questionarmos porque o "sonho" não se concretizou.

Pode-se apenas afirmar que a ideologia desenvolvimentista que via na industrialização a saída para todo e qualquer problema das regiões atrasadas, era um equívoco. Que os técnicos não conheciam a realidade da região. Ou outros "chavões" muito utilizados para explicar a não resolução dos problemas.

No entanto, afirmamos que é preciso aprofundar mais estas análises, sob pena de continuarmos com o mesmo discurso, que apesar de velho, continua presente na região. Ou seja: é

---

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981. p.128.

preciso desmistificar a questão da industrialização e deixar claro que apenas ela não resolve os problemas de nenhuma região, embora possa contribuir para a sua resolução, e que existem diversas formas de um país ou de uma região implementar um projeto de industrialização.

No caso específico do Nordeste, a industrialização se deu de forma dependente em relação à região mais desenvolvida. Os investimentos feitos no Nordeste através dos incentivos fiscais foram, na maioria, controlados pelas empresas sulistas ou internacionais, o que demonstra que essa região continuou altamente dependente do Sudeste.<sup>68</sup> O projeto implementado no Nordeste acabou por contribuir na formação e fortalecimento de conglomerados e de corporações monopolísticas, fortalecendo a concentração econômica no Sudeste.

Os dados da SUDENE, de 1987, mostram que a região continua enfrentando os mesmos problemas de antes de 1960, agravado agora pelo crescimento desordenado das grandes cidades, pelo crescimento do setor informal e das favelas. O Nordeste continua dependendo da agricultura tradicional, que é de baixa produtividade e dependente da seca. Além de persistirem e até se aprofundarem as disparidades com relação à propriedade da terra.<sup>69</sup>

Em 1988, o Nordeste abrigava 45% das habitações subnormais (favelas) do país, 43,9% das casas não eram servidas de água encanada, e 83,6% não tinham esgotos sanitários. Agravando ainda mais esta situação, 1/3 dos projetos agropecuários financiados pelo governo, estava nas mãos de apenas 12 famílias, as mais ricas da Região.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> CHALOUT, Yves. Op.cit.p.69.

<sup>69</sup> MOREIRA, Heródoto. *Uma análise da SUDENE*. Jornal do Brasil, 22/05/1988. p.03

<sup>70</sup> NUNES, Terezinha. *O Nordeste pós Industrialização*. Jornal do Brasil, 22/05/1988. p.02

Diversos fatores contribuíram para a não-resolução dos problemas da região. Tentaremos colocar, aqui, os três que consideramos como fundamentais para o nosso trabalho: a relação Nordeste e Sudeste; a forma de acesso aos incentivos fiscais; e os reais investimentos da política de industrialização tão propagados. Primeiro vamos ver a relação da "nova" industrialização do Nordeste com a industrialização do Sudeste. Para isto, utilizaremos a análise de Chalout:

"Durante os anos sessenta, o Nordeste foi crescentemente integrado na economia nacional e, portanto, menos autônomo em níveis diferentes; por exemplo, a orientação de sua nova estrutura industrial não foi, de modo geral, influenciada por seu próprio mercado, mas, pelo contrário, pelo tipo e natureza de suas relações com o Sudeste, ilustrando a dependência crescente do Nordeste no Sudeste.

Neste período, houve uma penetração crescente dos produtos industriais do Sudeste no Nordeste, que competiam com as indústrias tradicionais nordestinas tais como têxteis, calçados e roupas, ilustrando relações não recíprocas entre as duas regiões.

De 1960 a 1970 as importações nordestinas quadruplicaram, enquanto as exportações não sofreram um aumento significativo, levando a um substancial déficit comercial que diminuiu grandemente os efeitos multiplicadores das transferências de recursos para o Nordeste.

Em 1969, o valor das importações nordestinas provindo do Sudeste foi três vezes superior ao das exportações para esta região, revelando um significativo déficit no saldo da balança comercial do Nordeste. Quanto a origem da demanda intermediária dos projetos dos incentivos fiscais aprovados pela SUDENE de 1962 a 1970, a nova indústria nordestina era significativamente dependente no Sudeste, sobretudo no

que diz respeito aos bens de capital e intermediários".<sup>71</sup>

Nos anos posteriores a esta análise a situação de dependência não se alterou, ao contrário, se aprofundou. O outro fator que destacamos é o acesso aos incentivos.

Como já foi assinalado durante o nosso trabalho, as indústrias que deveriam ser beneficiadas com incentivos seriam as pequenas e médias, localizadas na região, e que atuavam no ramo tradicional utilizando matéria-prima e mão-de-obra local. Isto, segundo o documento original do GTDN.

Com a criação da SUDENE e a incorporação dos mecanismos conhecidos como 34/18, houve um prejuízo para as empresas nordestinas, que pagando menos impostos dispunham de menos capital para aplicar. E foram poucas as empresas da região que conseguiram atrair, através de projetos, capitais da SUDENE.<sup>72</sup>

Só para se ter uma idéia do predomínio das empresas da região Sudeste, o Rio de Janeiro e São Paulo, em 1965, participaram com 75,4% do total de depósitos, o que mostra a pouca participação de empresas locais. Para se ter uma idéia de todos os depósitos, o Centro-Sul entrou com 91,9% deles, enquanto Bahia e Pernambuco juntos depositaram 3,7%.<sup>73</sup>

As pequenas e médias empresas não acessavam o 34/18, daí o seu caráter concentrador. E as grandes empresas locais que acessavam sofriam, a concorrência das empresas do Centro Sul e não se modernizavam.

---

<sup>71</sup> CHALOUT, Yves. Op. cit., p.82-84.

<sup>72</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op.cit.,p.57.

<sup>73</sup> HIRSCHMAN, Albert G. *Desenvolvimento Industrial do Nordeste Brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do Art. 34/18*. Banco do Nordeste. Fortaleza, 1969. p.10.

Quanto aos investimentos, percebemos também que o discurso de que o Nordeste crescia de forma impressionante e que era tratado como prioridade do governo federal - discurso este muito difundido durante os anos 60 e até meados dos anos 80 -, começa a ser questionado.

Os números mostram que as prioridades do Nordeste ficaram apenas no discurso, pois a região cresceu apenas 1,2% mais que o restante do Brasil, de 1970 a 1988. Em 1987, o Nordeste teve um crescimento negativo de (-2,8%), enquanto o Brasil crescia 4,5%.

Além disso, os recursos recebidos por outras regiões superaram os recursos recebidos pela região Nordeste, como mostra o quadro a seguir.

#### QUADRO N° 13

INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL POR REGIÃO 1970-75-80

REGIÃO	1970	1975	1980
NORDESTE	13,5%	11%	13,01%
CENTRO OESTE	-	6,7%	13,8%
SUDESTE	65,2%	61,5%	57,5%

FONTE: SUDENE - FGV. 1982.

Percebe-se que todo o discurso de prioridade do Nordeste era apenas falácia, já que o governo praticamente equipara os investimentos recebidos pelo Nordeste com os investimentos da região Centro Oeste nos anos de 1970, 1975 e 1980, e sempre investiu muito mais na região Sudeste. Além disso, o FINOR sofreu uma queda de 55% no orçamento em 1987.

Segundo Washington Vanderley, chefe do planejamento econômico da SUDENE, se o Nordeste tiver um crescimento igual ao do Brasil, a partir da data de sua afirmação, ou seja, 1988, precisará de 240 anos para se igualar ao país; se crescer 20% a mais, estará equiparado com a região mais desenvolvida, em 50

anos. Se o crescimento for superior a 40%, alcançará o primeiro vagão do trem em 30 anos, ou seja, no ano 2018. Portanto, 18 anos a mais do que o período previsto, em 1959, pelos bispos, políticos e cientistas nordestinos que preconizaram a criação da SUDENE.<sup>74</sup>

Para que isto acontecesse, ou seja, para que o Nordeste alcançasse as regiões mais desenvolvidas, em 30 anos, ou seja, em 2018, a região precisaria receber US\$ 11 bilhões ao ano. Em 1988, a região recebeu menos que um terço desse valor. O fundo de investimentos do Nordeste FINOR recebeu neste ano apenas US\$ 365 milhões.

O que se percebe com relação à industrialização da região Nordeste, é que faltou uma análise da industrialização do Centro-Sul para elaboração de uma proposta sobre o assunto para a região. Este é um dos problemas estruturais do Brasil, a cópia de modelos, sem uma análise mais profunda da realidade.

Ao contrário do projeto original do GTDN, que defendia: a utilização de matérias primas regionais; aproveitamento da mão-de-obra abundante e barata da região; e a modernização da indústria tradicional principalmente a têxtil, o que tornaria a indústria competitiva com a do Centro-Sul no mercado regional e nacional. A industrialização do Centro-Sul é visto como exemplo e como uma experiência a serem seguidos, o que acaba por criar uma industrialização dependente e complementar.

A penetração das mercadorias e, posteriormente, dos grupos econômicos do Centro-Sul anteriores à própria SUDENE, já vinha destruindo a economia do Nordeste. Com a instalação da SUDENE e os mecanismos do 34/18, da forma como foram utilizados, acabou por aniquilar com a economia da região, como escreve Francisco de Oliveira:

---

<sup>74</sup> VANDERLEY, Washington. *Proposições para o futuro do NE*. Jornal do Brasil. 22/05/1988. p.03.



"A SUDENE será um mecanismo de destruição da própria economia regional nordestina, no contexto do movimento de integração nacional mais amplo".<sup>75</sup>

Apenas os grandes grupos econômicos nordestinos sobreviveram. Isto porque antes mesmo da intervenção da SUDENE eles já estavam ou já faziam parte da grande burguesia nacional e internacional-associada.<sup>76</sup>

A SUDENE, que surgiu como redentora do Nordeste, foi obrigada a entregar a grupos de fora do Nordeste 75% das empresas que instalou na região, e dessas muitas trouxeram equipamentos obsoletos. Outro agravante é que a criação de empregos não se deu nas proporções imaginadas pela SUDENE, devido a diversos fatores. Entre eles, podemos destacar o tipo de indústrias instaladas e a tecnologia utilizada poupadora de mão-de-obra.<sup>77</sup>

Algumas tentativas estão sendo feitas no sentido de reverter este quadro de crise. Entre estas tentativas está a criação de parques tecnológicos em algumas cidades, inclusive em Campina Grande. Apesar de importantes, estes parques atuam mais na área de serviços e não lograram criar uma dinâmica capaz de reverter a situação de crise.

Apesar deste quadro, percebe-se que algumas regiões se sobressaíram em relação às outras, como é o caso do pólo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo mineiro-metalúrgico do Maranhão, as áreas de moderna agricultura de grãos que se estendem dos cerrados do oeste baiano ao sul do Maranhão e Piauí, o pólo de fruticultura

---

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Francisco. Op.cit., p.113.

<sup>76</sup> Idem, Ibidem, p.117.

<sup>77</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op cit., p.63.

do Vale Açu e o complexo agro-industrial de Petrolina/Juazeiro.<sup>78</sup>

Enquanto isso, em outras regiões, ocorre a permanência das velhas estruturas, o que faz com as mesmas não avancem com relação à produção do país. Como mostra Tânia Bacelar:

"Finalmente, cabe destacar que, acompanhando a tendência da região, a maioria dos Estados ganhou posição relativa na produção do país, nas últimas décadas. Esse fato só não ocorreu nos casos da Paraíba, Pernambuco e Alagoas.<sup>79</sup>

Além da desigualdades inter-regionais, com estas mudanças acentua-se as desigualdades intra-regionais.

Por tudo o que foi colocado, o balanço que fazemos do processo de modernização do Nordeste não pode ser positivo, pois se por um lado o Nordeste industrializou-se e integrou-se no mercado nacional, por outro lado percebemos que os principais problemas sociais continuam sem solução, tanto no Nordeste, como em todo o país. E o que é mais grave: não se vislumbra nenhuma solução a médio prazo.

---

<sup>78</sup> BACELAR, Tânia. *Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?*. In *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. Ed. UNESP. São Paulo, 1995. pp.133-136.

<sup>79</sup> Idem, *Ibidem*. p. 141.

## ANEXOS

### ANEXO - 01

#### OCUPAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE REQUISITARAM TERRENO NO DISTRITO INDUSTRIAL DE C. GRANDE ATÉ 1977.

ANO	RAZÃO SOCIAL
1964	DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as secas FITEONE - Indústria Têxtil
1966	CANDE - Campina Grande Industrial S.A. BUN - Bentonit União Nordeste S.A. WALLIG NORDESTE S.A. - Indústria e Comércio
1967	SAMEIA S.A. BESA - Borracha Esponjosa - Indústria e Comércio
1969	CAULISA - Indústria de Caulim S.A.
1970	METALOUÇAS - Indústria de Produtos Metalúrgicos S.A DIPLASA DIASSO S.A. ARBAME MALLORY NORDESTE S.A.
1971	COBREM - Companhia Brasileira de Embalagens MODA S.A. SESI - Serviço Social da Indústria
1972	INCOPRESA - Indústria de Construção de Premoldados
1973	VIPEX CONFECÇÕES S.A. - (Galpão Multi fabril)
1974	CARBOL - Artefatos de Borracha Caturité VIPEX CONFECÇÕES S.A. - (Prédio Próprio)
1975	INDUSTRIAL CIRNE LTDA. PROFUSA NORDESTE S.A. DOLOMITA CORRETIVOS LTDA.
1976	COTONIFÍCIO CAMPINENSE S.A. BRAVISA - Brasileira Vidros S.A. REFRESCOS DO RECIFE S.A. MAQUINOR - Máquinas Nordeste Ltda. A. J. OLIVEIRA - KIMOLHO
1977	IMPAR - Indústria Metalúrgica Paraibana

FONTE: CINEP - UFPB - SUDENE - 1977.

CENSO DAS INDÚSTRIAS CAMPINENSES

QUADRO N° 01

SETOR INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE -1974.

Extrativas de Produtos Minerais	03
Extrativas de Produtos Vegetais	11
Transf. de Minerais Não Metálicos	10
Metalúrgicas	28
Mecânicas	12
Material Elétrico e Telecomunicações	06
Const. e Montagem de Materiais de Transporte	05
Beneficiamento de Madeira	12
Mobiliário	21
Papel	03
Borracha	07
Couros e Peles	09
Têxteis	06
Vestuário e Calçados	25
Produtos Alimentares	77
Bebidas	06
Fumo	01
Editoriais e Gráficas	14
Construção Civil	24
Serviços Industriais de Utilidade Pública	02
Diversas	09
TOTAL	291

Fonte : Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - 1974

QUADRO Nº 02

SETOR INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE - 1979.

ATIVIDADE INDUSTRIAL	TOTAL	TOTAL	INDÚSTRIA COM MAIS DE 5 OPERÁRIOS	
	DE	DE	Nº DE INDÚSTRIA	Nº DE OPERÁRIOS
	INDÚSTRIAS	OPERÁRIOS		
Extração de Minerais	07	212	04	207
Bebidas e Alcool Etílico	04	175	02	173
Borracha	04	190	04	190
Construção Civil	44	1.732	26	1.702
Couros, Peles e Assemelhados	09	665	08	656
Diversas	03	63	03	63
Editorial e Gráfica	18	216	13	200
Madeira	26	182	14	164
Material Elétrico e de Comunicações	08	545	07	542
Metalúrgica e Mecânica	54	1.623	31	1.583
Mobiliário	37	191	10	133
Papel e Papelão	02	222	02	222
Produtos Alimentares	82	1.007	49	940
Produtos Farmacêuticos	01	20	01	20
Materiais Plásticos	05	345	04	341
Minerais não Metálicos	26	645	12	607
Química	06	174	05	172
Têxtil	15	1.235	13	1.233
Vestuário Calçados e art. de Tecidos	22	307	13	293
Serv. Ind. de Utilidade Pública	01	266	01	266
Serv. de Reparação e Conservação	62	245	14	167
Perfumes, Sabões e Velas	09	60	01	43
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>445</b>	<b>10.320</b>	<b>242</b>	<b>9.917</b>

Fonte: FIEP - Cadastro Industrial do Estado da Paraíba - 1979.

QUADRO Nº 03

SETOR INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE - 1985.

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	TOTAL	TOTAL DE	INDÚSTRIAS COM MAIS DE 5	
	DE	OPERÁRIOS	Nº DE INDÚSTRIAS	Nº DE OPERÁRIOS
Bebidas e Alcool Etílico	05	86	02	81
Borracha	06	37	03	32
Construção Civil	28	1220	18	1200
Couros, Peles e Similares	06	220	04	217
Diversas	07	35	01	18
Editorial e Gráfica	23	267	11	228
Equip. de Proteção Industrial	01	150	01	150
Extração de Minérios	04	14	01	10
Madeira	42	155	08	76
Material Elétrico e de Comunicações	04	148	03	146
Mecânica	10	180	07	174
Metalúrgica	61	612	21	552
Mobiliário	29	100	05	55
Papel e Papelão	04	154	03	153
Perfumaria, Sabões e Velas	07	126	02	114
Produtos Alimentares	116	1.425	36	1.208
Materiais Plásticos	15	297	07	281
Farmacêuticos e Veterinários	02	10	01	09
Minerais não Metálicos	35	640	13	598
Química	05	68	01	64
Serviços de Reparação e Conservação	254	391	16	184
Serviço Industrial de Utilidade Pública	01	113	01	113
Têxtil	14	985	12	980
Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	48	518	20	461
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>727</b>	<b>7.951</b>	<b>197</b>	<b>7.175</b>

FONTE: FIEP - Cadastro Industrial do Estado da Paraíba - 1985.

QUADRO Nº 04

SETOR INDUSTRIAL DO ESTADO DA PARAÍBA - 1992.

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	TOTAL DE	TOTAL DE	INDÚSTRIAS COM MAIS DE 05 OPERÁRIOS	
	INDÚSTRIAS	OPERÁRIOS	Nº DE INDÚSTRIAS	Nº DE OPERÁRIOS
Agropecuária	01	12	01	12
Bebidas	03	114	02	113
Borracha	04	57	03	56
Calçados	44	2.137	22	2.098
Construção	74	1.646	29	1.583
Couros, Peles e Similares	08	161	04	157
Diversas	12	71	04	59
Editorial e Gráfica	44	220	13	165
Extração de Minerais	12	96	03	92
Madeira	35	103	07	59
Material Elétrico e de Comunicações	10	195	07	180
Mecânica	11	76	04	60
Metalurgia	92	898	05	795
Mobiliário	52	173	26	88
Papel, Papelão e Celulose	04	203	03	198
Produtos Alimentares	153	1.635	37	1.399
Materiais Plásticos	18	404	08	382
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	04	11	01	06
Minerais não Metálicos	53	524	18	471
Química	14	148	04	124
Serviços de Reparação e Conservação	122	463	18	346
Serviço Industrial de Utilidade Publica	01	190	01	190
Têxtil	09	791	04	787
Vestuário, Artefatos de Tecidos de Viagem	159	844	33	586
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>939</b>	<b>11.172</b>	<b>257</b>	<b>10.006</b>

FONTE: FIEP - Cadastro Industrial do Estado da Paraíba - 1992.

## BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, Rui de Brito Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. (Org.). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. Ed. UNESP. São Paulo, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1981.

-----1964 e o Nordeste. Ed. Contexto. São Paulo, 1989.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE 1980.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE 1981.

ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE 1982.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. *Campina Grande : Poder local e Mudança Nacional (1945-1964)*. Campina Grande: UFPB, 1985. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE. *Campina Grande Empresarial*. Grafset. Campina Grande, 1976.

BARRETO, Guimarães. *O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro*. DASP. Rio de Janeiro, 1958.

BARROS, Souza. *O Nordeste (Visão Econômica e outros Aspectos da Região)*. Ministério de Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1957.



-----O Nordeste, Uma Área Composta: Informe sobre a região compreendida pelo plano de estudo (GTDN). CNI. Rio de Janeiro, 1959.

BOLETIM DE CAMPINA GRANDE. Nº 01, ANO DE 1957.

BORGES, Pompeu Acioly. *Análise crítica do relatório do Dr. H. W. Singer sobre o Nordeste ( Estudo do texto apresentado ao Banco de Desenvolvimento Econômico. Recife, 1954.*

BRASIL. Ministério do Interior. *GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro, 1959.*

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1991.*

CAMPOS, Aluizio Affonso. *Realidade Econômica e Planejamento do Nordeste. BNB. Fortaleza, 1956.*

-----A Revolução da Sudene.  
Palestra proferida na Rádio Tabajara. João Pessoa, 1962. (Mimeograf.)

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. *Campina Grande e sua função como capital regional. SESI. Campina Grande, 1964.*

CARVALHO, Inaiá Moreira de. *O Nordeste e o Regime Autoritário. SUDENE, Hucitec. São Paulo, 1987.*

CARVALHO, Otamar de. *A Economia Política do Nordeste. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1988.*

CASTRO, A. Barros de. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira. Ed. Forense Universitário. Rio de Janeiro, 1980.*

- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO (COMUDE).  
*Bibliografia de Assuntos do Nordeste*. Recife, 1957.
- COMPANHIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE (CINGRA).  
*Relatório de Atividades - 1965*. Campina Grande, 1965.
- CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA. *Exposição geral da situação econômica do Brasil em 1957*. Rio de Janeiro, 1958.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. Ed. Difel. São Paulo, 1971.
- Encontro dos Bispos do Nordeste. *Relatórios e Resoluções*. Campina Grande, 1956. (Mimeograf.).
- FIEP. *Cadastro Industrial do Estado da Paraíba - 1969-1974-1979-1985-1992*.
- Fórum. Paraíba em Debate. (ANAIS). Campina Grande, 1990.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. MEC/ISEB. Rio de Janeiro, 1958.
- *Formação Econômica do Brasil*. Cia. Ed. Nacional. São Paulo, 1987.
- GALVÃO, João Olavo. *O Desenvolvimento Econômico do Nordeste: Ausência de Coordenação Regional*. Recife, 1956.
- GOODMAN, David Edwin; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste*. IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1974.
- HIRSCHMAN, Albert G. *Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do art. 34/18*. Banco do Nordeste. Fortaleza, 1969.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. *O Desenvolvimento do Nordeste e a nova sistemática do Finor*. BNB. Fortaleza, 1977.

IBGE. *Cadastro Industrial - Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco*. 1965.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

JORNAL A GAZETA DO SERTÃO.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

KILPP, Renato. *A Dinâmica da Acumulação Capitalista no Brasil (1930-1945)*. Campina Grande, UFPB, 1990. (Dissertação, Mestrado em Economia).

MARANHÃO, Sílvio. (org.). *A Questão Nordeste*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984.

MELLO, J. Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1982.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Incentivos para a Indústria e Agricultura do Nordeste*. SUDENE. Recife, 1968.

OCTÁVIO, José; PEREIRA, Ana Maria G. dos Santos. (Comp.). *Lopes de Andrade: Uma Militância Na Imprensa*. CNPq. Bolsa de Mercadorias da Paraíba. João Pessoa, 1984.

Ó, Edvaldo de Sousa do. *PETRAI. Programa Especial de Trabalho sobre Industrialização de Campina Grande*. Bolsa de Mercadorias. Campina Grande, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

-----A *Economia da Dependência Imperfeita*. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1984.

PARAÍBA. *Distrito Industrial de Campina Grande*. CINEP. João Pessoa, 1978.

PARAÍBA. *Distrito Industrial de Queimadas - Estudo Preliminar*. CINEP. João Pessoa, 1978.

PARAÍBA. GOVERNO DO ESTADO. *FAGRIN E BANFOP*. João Pessoa, 1962.

PARAÍBA. *Manual de Dados Básicos do Estado da Paraíba*. CINEP. João Pessoa, 1980.

PARAÍBA. *Os Distritos Industriais da Paraíba*. FAGRIM. João Pessoa, 1965.

PEREIRA, Celecina Maciel de Sá. *O Nordeste*. CNI. Rio de Janeiro, 1959.

PINTO, Luís. *Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba. 1574-1970*. Leitura S.A. Rio de Janeiro, 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Companhia Pro-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA): Informes sobre Campina Grande*. Campina Grande, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Diretrizes para Campina Grande: Diagnósticos e Proposições*. Campina Grande, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Dois Anos de Administração de Williams de Sousa Arruda - 30 IX 1964 À 30 IX 1966*. Campina Grande, 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)*. COMDECA. Campina Grande, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Zoneamento do Distrito Industrial*. COPLAN. Campina Grande, 1983.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. 1963-1965. (Síntese)*. Rio de Janeiro, 1962.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUDENE. *Legislação Básica*. Recife, 1960.

SUDENE. *Plano Diretor em Execução*. Recife, 1962.

SUDENE. *Atividades da SUDENE no Exercício de 1960*. Recife, 1961.

SUDENE. *Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, 1960.

SUDENE. *Boletim Econômico*. Vol. 1. N° 01. p. 1-194. Recife, 1960.

SUDENE. *Boletim Econômico*. Ano III. N° 7/8. Vol. 6. Recife, 1962.

SUDENE. *Regionalização para o Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, 1991.

SUDENE. *Sistemas 34/18 E FINOR*. Recife, 1986.

Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste. *Desenvolvimento e Conjuntura*. Vol. I. CNI. Rio de Janeiro, 1959.

Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste. *Desenvolvimento e Conjuntura*. Vol. II. CNI. Rio de Janeiro, 1959.

Seminário Internacional Sobre Disparidade Regional. (ANAIS). SUDENE. Recife, 1981.

Seminário Sobre Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. (ANAIS). SUDENE. Recife, 1984.

Seminário Sobre Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste. (ANAIS). SUDENE. Recife, 1984.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importação Ao Capitalismo Financeiro*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. *O Grande Salto para o Caos: A Economia política e a política Econômica do Regime autoritário*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1985.

VERSIANI, F. R. *Industrialização e Economia de Exportação*. In: *Revista de Economia*. Vol. 34. São Paulo, 1979. pp. 3/40.

XAVIER, Jurandir A. *A Contemporaneidade da Questão Regional*. Ed. Universitária/UFPB. Campina Grande. 1992.